

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

CAD - CENTRO DE APOIO DIDÁTICO
DA FAU - P U C C

Campinas

Ano XIII

nº 103

p.137 - 204

JULHO/SET./1981

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

D. Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Dr. Heitor Regina

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Dr. Eduardo José Pereira Coelho

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Dr. Antonio José de Pinho

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Ersio Lensi

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Profa. Maria Helena Degani Rocha

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Departamento de História da Pontifícia

Universidade Católica de Campinas

ANO XIII — Nº 103

JULHO/SETEMBRO/1981

CENTENÁRIO DE BATISTA PEREIRA

Odilon Nogueira de Matos

O dia 16 de outubro do ano passado assinalou o transcurso do centenário do nascimento de Antônio Batista Pereira, nascido em Pelotas, RS, mas “filho espiritual da Faculdade de Direito de São Paulo”, como de disse Américo Jacobina Lacombe. Viveu em Campinas no início de sua carreira, aqui concorrendo com Coelho Neto em famoso concurso para a cadeira de Literatura de nosso tradicional Ginásio do Estado. Retirando-se depois para São Paulo, ali, pela mão amiga de Eduardo Prado, ingressou nas lides de imprensa, colaborando ativamente no antigo “Correio de São Paulo”. Entrando para a carreira diplomática, serviu como secretário de Rui Barbosa na delegação brasileira à Conferência da Paz, em Haia, em 1907. Muito afeiçoado ao grande brasileiro, de quem se tornou genro, dedicou muitos anos de sua existência a falar e a escrever sobre Rui Barbosa, especialmente após o seu falecimento ocorrido em 1923.

Ensaísta e historiador dos mais notáveis, escritores dos melhores de nosso País, deixou obra vasta e variada, constituída em boa parte de discursos e conferências proferidas notadamente no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Belo Horizonte e no seu Estado natal. Os títulos de sua bibliografia, o leitor os encontrará devidamente arrolados na seção **Vultos da Historiografia Brasileira** deste fascículo.

A cidade de São Paulo, à qual esteve sempre tão vinculado, na qual faleceu a 20 de agosto de 1960 e de cuja história tratou em numerosos escritos, especialmente no último, **A Cidade de Anchieta** (1936), não poderia deixar de comemorar seu centenário. Duas sessões especiais, solenes, foram realizadas: a primeira, no dia 14 de outubro (antevéspera do centenário), na Biblioteca Pública Municipal “Mário de Andrade”, numa promoção conjunta da Academia Paulista de Letras e da Academia Paulista de História, cabendo ao autor destas linhas e responsável por esta publicação proferir conferência sobre **Batista Pereira e sua obra**; a segunda, a 19 de março do corrente ano, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, quando o Acadêmico Raul de Andrada e Silva pronunciou conferência sobre **Presença de Batista Pereira**.

Nesta última sessão, teve lugar o lançamento do livro **Batista Pereira e São Paulo**, editado sob o patrocínio do Banco Mercantil de São Paulo. Belo volume de 240 páginas, contém na íntegra o ensaio “A Cidade de Anchieta”, além de uma seleção de diversos outros escritos sobre a terra paulista. Traz nota introdutória de Raul de Andrada e Silva (em nome da Comissão Promotora das Comemorações do Centenário) e esboço biográfico de Américo Jacobina Lacombe.

Para elucidar os leitores quanto aos critérios que presidiram à seleção das páginas de Batista Pereira constantes deste volume, julgamos mais acertado transcrever a nota introdutória de Raul de Andrada e Silva. E a seguir, o leitor encontrará: **Presença de Batista Pereira**, conferência do Prof. Dr. Raul de Andrada e Silva; **Batista Pereira e sua obra**, conferência do Prof. Dr. Odilon Nogueira de Matos; e **Antônio Batista Pereira, amigo incondicional de São Paulo**, artigo da lavra do Prof. Dr. A. C. Pacheco e Silva.

Nota introdutória à “Batista Pereira e São Paulo”

Com a publicação desta coletânea, celebra-se a memória do inolvidável escritor e brilhante intelectual Antônio Baptista Pereira, cujo centenário de nascimento transcorreu aos 16 de outubro de 1980. Motivos imperiosos determinaram que só este ano viesse a lume a presente edição, contudo a tempo de relembrar tão significativa efeméride, justamente no ano do Beato José de Anchieta, cujo vulto apostolar foi exaltado com tamanha grandeza e entusiasmo pelo nosso homenageado.

Cumpre-nos elucidar aos leitores os critérios que presidiram à seleção dos textos ora apresentados. Não se tratando de uma reedição da obra completa de Baptista Pereira, mas de uma homenagem de São Paulo ao eminente brasileiro, tão preso à memória desta cidade, onde se formou, em boa parte, a sua personalidade moral e intelectual, e cuja história primeva retracou com mão de mestre, assentou-se primeiramente que os tex-

tos seriam extraídos das obras que ele escreveu sobre a terra paulista ou quando nela viveu, ou por ela andou momentaneamente. Por outro lado, subordinou-se a escolha à sucessão de períodos da vida do escritor: os anos da brilhante juventude, quando iluminou ele de inteligência a sua trajetória pelo magistério, pelo jornalismo, pelas arcadas da Academia de São Francisco, pelo Ministério Público paulista, em todos esses campos de ação cultural deixando a marca da sua personalidade inconfundível; e seguidamente quando, depois de ter-se mudado de São Paulo, aqui voltou para proferir conferências ou receber homenagens, ou quando versou temas do passado paulista, em escritos ulteriores.

Assim é que, inicialmente, depois da bela epígrafe evocativa da mocidade, reproduzem-se duas das crônicas estampadas no jornal "Comércio de São Paulo", quando era seu proprietário Eduardo Prado, grande amigo e primeiro guia intelectual de Baptista Pereira. Nas colunas desse periódico, começou-se a forjar o estilo que tanto o notabilizaria, como escritor dos maiores que já tivemos. São daquele momento as crônicas intituladas "São Paulo Antigo" e "Barão de Ramalho", bem como o primoroso ensaio sobre "Eduardo Prado" e a "Oração de Paraninfo", quando Baptista Pereira foi o padrinho de uma turma de formandos do Colégio de São Bento, cujos antigos alunos dele guardam imperecível recordação. Esses escritos correspondem à fase da sua vida e obra, que o próprio Baptista Pereira chamou de "Juvenília" em suas notas manuscritas e autobiográficas.

Seguem-se dois de seus discursos, pronunciados em São Paulo: "Rui Barbosa e Monte Azul", quando nesta cidade paulista se inaugurou o busto daquele insigne brasileiro, em 25 de novembro de 1924; e o discurso inserido no opúsculo "Brasiliidade" e proferido em agradecimento à homenagem, que lhe prestou a sociedade paulista, em 16 de setembro de 1928. Note-se que esta peça oratória, de grande altitude, constitui a súpula de suas idéias e sentimentos, suscitados pelo movimento de reação nacional à campanha difamatória, que se desfechava contra o Brasil, a propósito da guerra do Paraguai. Alçou-se a voz inflamada do patriota contra os detratores da nação brasileira, fazendo-se ele o intérprete da campanha reabilitadora e provocando a homenagem que deu azo ao referido discurso. Já então, entrado o escritor na maturidade, o seu estilo se revestia daquele vigor de expressão, riqueza vocabular, fluência da frase e brilho da imaginação, que tanto o distinguem.

Não podiam faltar alguns excertos do "Diário da Capela", memorial dos dias em que Baptista Pereira esteve, com outros companheiros, encarcerado no presídio da Rua Frei Caneca, no Rio de Janeiro, por se ter pronunciado favorável à Revolução Paulista de 1932. Trata-se de uma apaixonada profissão de fé constitucionalista e democrática, de um hino de amor a São Paulo. Desse diário, reproduzimos as "duas palavras preliminares", espécie de introdução que condensa as razões da adesão do autor ao

movimento, cuja profunda significação ao mesmo tempo traduz. A bela evocação de Campinas, a exaltação da bênção das alianças e dos combatentes acadêmicos completam esta parte.

Da obra histórica, vem reimpressa na íntegra a relevante monografia intitulada “A Cidade de Anchieta”, fonte obrigatória na bibliografia paulistana, para quem quer que deseje conhecer as origens da nossa metrópole; bem como os estudos complementares da fisionomia urbana de São Paulo — “Piratininga no Século XVI” — e dos caminhos que ligavam as aldeias indígenas do seu primitivo sistema de defesa — “O Circuito de Piratininga”.

Fecha a coletânea o estudo evocativo de duas das mais representativas figuras e das mais altas expressões do passado intelectual de São Paulo: “Eduardo Prado e Júlio Mesquita”, escrito em 1958. Cremos que foi a última página, o canto de cisne desse privilegiado talento.

Creemos assim ter levantado, com a produção do próprio Baptista Pereira e com a permanente grandeza dessa obra escrita, um monumento tão duradouro como o bronze e correspondente às reais dimensões do nosso homenageado, a cuja memória rendemos o comovido preito de uma admiração irrestrita, que o tempo só tem feito crescer.

Pela comissão,

PROF. DR. RAUL DE ANDRADA E SILVA.

*

PRESENÇA DE BATISTA PEREIRA

Conferência de Raul de Andrada e Silva

Ao eminente homem de letras que, em vida, foi membro dos mais proeminentes deste sodalício, não podia o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo deixar de render a sua comovida homenagem, ao comemorar-se o centenário do seu nascimento. E a celebração que ora nos congrega está marcada por uma singular coincidência: vamos exaltar a memória de Antônio Baptista Pereira, precisamente no dia do nascimento do beato José de Anchieta, 19 de março do ano consagrado ao Apóstolo do Brasil, o ano de sua Beatificação.

A coincidência não podia ser mais grata, nem mais significativa, pois que à inspiração e ao saber histórico do nosso homenageado deve o excelso jesuíta uma das mais eloqüentes e vibrantes consagrações, dentre as muitas que ao admirável missionário dedicaram tantos historiadores. Baptista Pereira deu o título de "A Cidade de Anchieta" à sua notável monografia sobre as origens de São Paulo; e a justificação do título aparece no fim da obra, quando, ao realçar a magnitude da presença dos jesuítas na História do Brasil, conclui o seu erudito autor: "Toda essa coorte de beneméritos, que vem de Leonardo Nunes e Nóbrega até Belchior de Pontes, pode resumir-se num só: José de Anchieta, o verdadeiro fundador e o defensor de São Paulo". E dentre os padres e irmãos que pelo planalto de Piratininga missionaram, foi ele quem mais informou os Superiores da Companhia de Jesus sobre as coisas da terra e sobre o gentio que a habitava. Dos que vieram a São Paulo, desde a primeira missão evangelizadora, ele ficou até que a vila se enraizasse. E acumulou, a propósito dela, um acervo incomparável de conhecimentos, que fazem das suas cartas o repositório mais farto de dados e observações a respeito da primeira comunidade paulistana, onde ele foi, diz Baptista Pereira, "O primeiro professor, primeiro gramático, primeiro poeta, primeiro cronista, primeiro naturalista, primeiro botânico, primeiro comediógrafo, primeiro estrategista de Piratininga".

Pois esse desvelo, esse amor que Anchieta pôs na sua obra de construtor de São Paulo, reviveu em Baptista Pereira, quando este perscrutou o passado paulistano, em busca dos mais antigos testemunhos que o revelassem e documentassem. Acaba de ser inaugurada, no último aniversário da cidade, aos 25 de janeiro deste ano, a casa bandeirista do Tatuapé, restaurada pelo Departamento do Patrimônio Histórico do Município, e redescoberta pelo saudoso Luís Saia, o incansável guardião das antiguidades arquitetônicas de São Paulo. Digo redescoberta, porque antes Baptista Pereira a descobrira, nos seus afãs de decifrar os enigmas do passado ignoto. E se vivo estivesse, como não vibraria ele com esse acon-

tecimento, que veio atender, quase meio século mais tarde, ao seu veemente apelo para que, segundo suas próprias palavras, “Fosse conservada (essa casa) como o melhor espécime urbano da tosca arquitetura piratiningana”.

Em Baptista Pereira, o amor a São Paulo pulsava-lhe no sangue. “Devo a São Paulo o tûmulo do meu Pai e o berço da minha Mãe”, exclamou ele no “Diário da Capela”. Com efeito, esse gaúcho de Pelotas, tinha raízes sul-rio-grandenses pela ascendência paterna, e paulistas pela linhagem materna, que por sua vez, entroncava numa família de origem fluminense, a do seu avô, o Des. Antônio Cândido da Rocha, que veio a ser Presidente da Província. Não residiria nessa generosa mescla de sangues patrícios a gênese da visceral brasilidade de Baptista Pereira, que reviveu as grandezas da História de São Paulo, sem esquecer as tradições da Província nativa, nem as magnificências do “Brasil Maior” ?

Era seu Pai o magistrado José Baptista Rodrigues Pereira, que chegou a ensaiar a carreira política no partido conservador, elegendo-se Deputado à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, ali revelando verdadeiros pendores oratórios. Em São Paulo, ainda estudante na Academia de Direito, conheceu D. Francisca de Paula Rocha, filha do já mencionado Des. Cândido da Rocha e de D. Fortunata Louzada de Azevedo. Com ela se casou e dela teve, no Rio Grande, os primeiros filhos: Antônio, que hoje recordamos e acompanharia seus pais, ainda criança, quando estes voltaram a São Paulo, e Edgard, falecido aos dez anos. Aqui nasceram os outros dois: Maria José, falecida com poucos meses, e Edgard, que recebeu o nome do irmão que haviam perdido. Ingressado na Magistratura e muito relacionado, fez o Dr. José Baptista Pereira da sua casa um centro de encontro de intelectuais, entre eles o grande historiador Afonso d’Escragnoille Taunay, que se tornou seu amigo dileto. Integrou-se na sociedade paulistana, na qual sua esposa tinha raízes e o introduziu nas famílias mais tradicionais. Mas, em plena maturidade, veio a sofrer um acidente vascular que o deixou paraplégico. Desdobrou-se então D. Francisca em desvelados cuidados ao esposo e aos dois filhos: Edgard, ainda criança, e Antônio, que já estudava Direito e ao mesmo tempo lecionava no Colégio São Bento.

Mas, a primeira infância passara-a Antônio Baptista Pereira nos seus pagos sul-rio-grandenses, vivendo a vida livre e respirando o ar puro das pradarias sulinas, na estância do Inhatium. Essa estância que os seus avoengos, os Rodrigues Pereira, oriundos dos Açores e chegados ao Rio Grande por 1747, tinham ido abrir nas terras longínquas de São Gabriel, junto à fronteira do Uruguai. Acompanhava os pais em excursões a sítios pitorescos, viajando de carreta, esse veículo providencial dos campos meridionais, cujas rodas enormes, muito altas, de até dois e meio a três metros de diâmetro, eram bastantes para que a viatura pudesse trafegar com segurança, pelos intérminos e acidentados caminhos, através dos pântanos e banhados sucessivos; e às vezes dormindo no campo, em

contato com a natureza aberta, sob o toldo do céu estrelado. Com seis ou sete anos, mudou-se com os pais para São Paulo, que achou triste e feia, sem o encanto das provincianas cidades do Sul, Pelotas, onde nascera, Bagé, onde morou menino.

A privilegiada e precoce inteligência, com que Baptista Pereira viera ao mundo, foi cultivada amorosamente, como planta rara, por seu pai, um humanista de sólida cultura, que infundiu no espírito do filho esse gosto da leitura e do saber, o qual não arrefeceu nunca, ao longo da vida.

Para o exercício do magistério, estava a inteligência de Baptista Pereira apetrechada com variadíssima cultura literária, que ia das bases clássicas, greco-latinas, ao largo convívio dos mestres do vernáculo e das modernas literaturas estrangeiras. Em Latim, era ele capaz de saudar o Abade Geral, Presidente da Congregação, quando este visitou a Ordem e o Colégio de S. Bento, em S. Paulo. Esse mesmo Colégio, onde, na pujança dos seus vinte anos, ele encantava os discípulos com suas aulas inesquecíveis; esse mesmo Colégio, cuja lembrança indelével o levou a dizer em sua formosa oração de paraninfo, ao ser padrinho dos bacharelados de 1908: "Nunca se me apagou da memória, através dos diferentes países a que me atraíam a arte ou o passado, a recordação desta casa, onde quis a Providência me fosse concedido assentar minha tenda de trabalho". Dessa vocação magisterial, ainda na mesma oração, reponta a reminiscência da prova a que se submetera, em competição com Coelho Neto, nome já feito nas letras nacionais, pela cátedra de Literatura, no famoso Ginásio "Culto à Ciência", de Campinas; reminiscência a que aludia Baptista, lembrando aos seus paraninfados que "o exemplo do amor e do gosto das letras, de que o meu curto passado já oferecia um testemunho, pois aos vinte e um anos me levava a esse concurso de literatura em Campinas, onde, diz-me a consciência, adquiri o direito, e é o único prêmio que me reclamo daquele certame, de que meus alunos de São Bento se não desdourassem do seu professor".

Mas, as atividades do magistério se desdobravam nas do jornalismo, em que se iniciara Baptista Pereira ainda adolescente, levado às colunas do "Comércio de São Paulo", pelo proprietário deste periódico, o grande Eduardo Prado, seu primeiro guia intelectual. Para aquilatar os pendores de escritor, as naturais inclinações literárias de Baptista, já então reveladas, releiam-se as amostras, contidas no primoroso volume comemorativo do seu nascimento, que hoje é lançado: o comovido retrato do Barão de Ramalho, testemunho personificado da legendária Academia de Direito, que ele viu nascer, na qual desde estudante se radicou, com a qual se identificou, na qualidade de lente e de diretor, confundindo-se com ela, desde a adolescência até a morte; testemunha também da vida de São Paulo, ao longo dos seus 93 anos de existência, por quase todo o século XIX, cuja acidentada crônica política, cujas mudanças econômicas e urbanas, cujos

grandes momentos de criação literária e artística ele acompanhou. Considere-se em seguida a lírica evocação do “São Paulo Antigo”, principalmente em torno dos seus velhos teatros — o São José, o Sant’Ana, o Provisório, o Apolo — mas também na relembração da cidade acadêmica, cidade equiparável, em termos de vida estudantil, aos centros universitários do mundo. Finalmente, o eco talvez maior dessa quadra inaugural da sua vida literária, que o próprio Baptista denominava “Juvenília”, o modelar estudo biobibliográfico de Eduardo Prado. Sobre este ilustre brasileiro e sua obra, nada se escreveu tão penetrante, tão lúcido, tão veraz, e, ao mesmo tempo, tão enternecido, tão comovente, tão reverencioso, como esse belo estudo. Por esse tempo, ressoava o eco da brilhante trajetória de Baptista Pereira na Academia, como estudante dos mais talentosos que por ali passaram.

Uma breve palavra há que ser dita sobre a sua marcante presença no Ministério Público paulista. Se os escritos da mocidade davam já a medida da sua estatura de prosador, que se ia alçando, os dotes oratórios, que mais tarde luziriam nas suas grandes conferências, denotam-se então na tribuna forense. Da sua atuação, como Promotor Público há, entre outros sucessos, dois momentos culminantes, assim rememorados por Américo Jacobina Lacombe: “Nas tradições paulistanas, ficou para sempre fixado o extraordinário e sensacional julgamento de Pedro Reis que, durante a acusação, exibiu um crucifixo e jurou pelas chagas de Cristo que estava inocente. Coube a Baptista Pereira desfazer a impressão tremenda, causada por esta cena dramática, o que conseguiu descrevendo o perjuro e a visão que o criminoso teria tido naquele momento, percebendo nas mãos do Crucificado as palavras fatídicas: não matarás. O efeito foi tremendo, e o réu, condenado, apesar de defendido por um dos maiores nomes dos auditórios paulistanos, Capote Valente que, ao sair derrotado do tribunal, teve, como reação espontânea, o enviar ao pai do adversário uma carta, testemunhando seu entusiasmo pelo jovem Promotor.

Também célebre foi o julgamento de Antão Fernandes, maestro da Força Pública, defendido por Brazílio Machado que, igualmente vencido, manifestou pelo “ex-adverso” amizade excepcional.

Não tardaria, porém, que a sedutora personalidade desse jovem talento fosse projetar-se além fronteiras. Por essa época, o Barão do Rio Branco, cuja presença na chefia do Ministério das Relações Exteriores assinalava o apogeu do Itamaraty, buscava colaboradores entre os intelectuais moços do país. Sem conhecer pessoalmente Baptista Pereira, sabendo, porém, com certeza do renome que grangeara em São Paulo, chamou-o ao Rio de Janeiro para integrá-lo no chamado grupo dos “meninos do Barão”. Foi ele em breve nomeado Secretário da Legação do Brasil, em Paris.

Estava apto o novel diplomata a um saliente desempenho não somente em suas funções específicas, mas também junto aos círculos

literários e artísticos da Cidade Luz. A sua trajetória parisiense teve, entretanto, antecedentes brasileiros. Nos anos da febricitante mocidade acadêmica, por ocasião de uma temporada teatral de Sarah Bernard em São Paulo, preparou ele para a célebre atriz uma surpresa: no camarim, atopetado de flores, do assoalho ao teto, recitou-lhe um discurso, entretecido de fragmentos de saudações, dirigidas à famosa diva por alguns dos maiores intelectuais do mundo. De outra feita, por aqui andava no começo do século Jacques Richepin, filho do poeta Jean Richepin, proferindo conferências. Em dado momento, viu-se em apuros, por não ter à mão obras de autores franceses, que precisava consultar. Pois Baptista Pereira foi capaz de repetir-lhe de cor os poemas, com os quais o literato ilustrava suas conferências. Essa memória miraculosa, que assombrava os circunstantes, era um dos traços característicos da sua inteligência de exceção.

Mais tarde ocorreria o conhecido caso de Jean Jacques Brousson, o ex-secretário de Anatole France e que, no seu maligno escrito "Itinéraire de Paris a Buenos Aires", denegriu o nosso país e recebeu exemplar contradita de um articulista vivaz e espirituoso, que se assinava "Jerôme Coignard e Jacques Tournebroche", duas conhecidas personagens do romancista francês. Os artigos causaram sensação pela sua verve e por serem vazados num francês impecável. O autor era Baptista Pereira, que se disfarçara com aqueles pseudônimos e para quem a língua francesa não tinha segredos.

Foi, aquele amigo, Jacques Richepin, que introduziu o moço brasileiro nos círculos sociais e literários, quando ele primeiro pisou o solo parisiense. Apressou-se Baptista a procurar Edmond Rostand, então no pináculo da celebridade, representado em todos os palcos do mundo ocidental. Vivia o poeta em Cambo, no Sul da França, onde foi procurado por Baptista Pereira, e relutou em recebê-lo. Insistiu, contudo, o inesperado visitante, mandando dizer que sabia de cor toda a obra do autor de Cyrano de Bergérac. Rostand acabou por ceder, maravilhando-se a ouvir o seu admirador brasileiro recitar, sem erro de uma sílaba, trechos inteiros de suas peças. Foi o início de uma amizade, que se prolongou através de assídua correspondência.

Os atrativos que, para as criaturas sensíveis, povoam a Europa, motivaram outras viagens de Baptista Pereira. Gozando férias na Itália, 1907, foi ele surpreendido por um telegrama de Rio Branco, que o designava Secretário da Missão Brasileira à II Conferência da Paz, em Haia, chefiada por Rui Barbosa, como Embaixador Extraordinário. Sabe-se que colaborador eficaz, atento e dedicado soube ele ser para o nosso notável enviado diplomático. Sobreleva, contudo, o seu hábil trabalho em promover a aproximação entre Rui e William Stead, que acompanhava a Conferência, na qualidade de observador. Não era o nosso Embaixador simpático ao famoso jornalista britânico. Baptista, seu amigo, soube

fazê-lo compreender a grandeza do extraordinário jurista brasileiro, de quem Stead se tornou incondicional admirador.

Datam desses dias memoráveis os laços afetivos e morais que prenderam Rui Barbosa e Baptista Pereira. Nessa oportunidade, começou também o romance sentimental entre Maria Adélia, filha e secretária de Rui, e Baptista Pereira, cujo culto comum à Águia de Haia foi uma das muitas afinidades entre essas duas almas eleitas.

Unidos pelo matrimônio, entendeu ele que os encargos de família não se compatibilizavam de todo com a carreira diplomática, que decidiu abandonar. E de volta ao Brasil, reingressou no Ministério Público, nomeado Curador de Órfãos, no Rio de Janeiro. Os acasos da política o privaram do cargo, em fins de 1910. Demitiu-o o Marechal Hermes da Fonseca, eleito Presidente da República, após a rumorosa campanha civilista, uma das mais altas afirmações de grandeza doutrinária, na história republicana, pelo verbo inflamado de Rui Barbosa. Tais as mesquinhas a que podem arrastar os embates políticos !

Nessa dura emergência, assomou o vulto de Rui, em toda a sua inteireza moral. Nada mais tocante que a sua manifestação de solidariedade ao genro, tão injustamente atingido. Da fazenda Rio das Pedras, propriedade dos Barbosas de Oliveira, em Campinas, onde se achava, apressou-se a remeter a Baptista Pereira a carta de que destacamos a página inicial, que diz assim:

“22 de dezembro de 1910.

Meu caro Baptista Pereira:

Hoje, ao percorrer, às 10 horas da manhã. “O Estado de São Paulo”, uma das primeiras coisas, que me deram nos olhos, foi a notícia da sua demissão no despacho coletivo de ontem. Imediatamente, pelo telefone, lhe mandei expedir, de Campinas, o telegrama de que aqui ponho cópia, receoso de que o telégrafo lh'o sonegue.

Deus é grande. Ele nos basta. Comeremos do mesmo pão. Seu mérito honrava cargo. Não precisa dele. Conforto cara doentinha (referia-se à sua filha Maria Adélia, esposa de Baptista), cruelmente ferida. Reagir pela saúde a todo transe. O mal é véspera do bem. Bênçãos carinhosas. Fé, coragem, esperança. Rui”.

Como se vê, ainda quando despojado da sua natural opulência vocabular, Rui sabia escrever com grandeza, e nessas linhas singelas, quão expressivas, transparece o fundo essencialmente simpático e afetivo daquela alma de escol.

Vivia então Baptista Pereira sob a vigorosa influência do seu sogro, a quem se prendia por laços verdadeiramente filiais. Poderia alguém

acercar-se daquele homem fora do comum, no tempo a maior figura intelectual do país, sem experimentar os reflexos do seu privilegiado espírito? Baptista Pereira nunca escondeu, pelo contrário, orgulhou-se de reconhecer tais influxos. Daí, porém, a pretender-se reduzir suas dimensões às de mero imitador, vai grande distância. A verdade é que ambos, Rui e Baptista, foram grandes por seus próprios méritos, e a grandeza do primeiro não empalidece a do segundo. Ao contrário, é admirável como este, mesmo ao lado da incomparável personalidade do sogro, pôde conservar intacto o seu perfil e estilo de intelectual.

Todavia, a imagem inspiradora de Rui, a sua imperecível lembrança, o seu culto, viveriam sempre no coração e na memória daquele que foi literalmente o seu filho espiritual.

Após a morte do invencível campeão do Direito e da Justiça, das liberdades públicas e das grandes campanhas cívicas, Baptista Pereira empunhou o seu bastão, para levar a cabo a vibrante campanha política e doutrinária contra o continuísmo no governo sul-rio-grandense e contra a Constituição vigente, sob o poder pessoal do velho Borges de Medeiros. “Pela Redenção do Rio Grande” é o título sonoro da série de conferências por ele proferidas e nas quais, com altaneira eloquência e ilimitada bravura, o seu autor sustenta a pureza dos ideais republicanos e federalistas. Derrotada a Revolução Libertadora de 1923, em que se empenhara ao lado de Assis Brasil, depois de passar por São Paulo, retornou ao Rio de Janeiro, para dedicar-se à família e às letras, encetando-se então uma das fases mais fecundas da sua produção intelectual.

Não cabe alongar-me sobre a riqueza de conteúdo e estilo dos seus escritos, o que seria supérfluo, depois da bela conferência do meu querido amigo Odilon Nogueira de Matos, em torno de “Baptista Pereira e sua Obra”. Quero apenas ressaltar, de passagem, que são da mesma época as conferências em que ele começou a reconstituir o imenso vulto de Rui Barbosa: “Rui Estudante”, “Rui Artista”, Rui Barbosa e o Rio Grande do Sul”, “Rui Barbosa e o Supremo Tribunal”. Estes e outros estudos seriam os fundamentos da obra definitiva, uma espécie de glorificação monumental desse homem-símbolo do Brasil. Do grande quadro publicaram-se dois preciosos componentes: “Figuras do Império e Outros Ensaios” e “Vultos e Episódios do Brasil”, que bastam para ajuizar de que dimensões seria a obra, em sua integridade.

Desdobrava-se, pois, pelo campo da História a produção literária, que vai marcando a presença cada vez mais assinalada e a projeção cada vez mais luminosa de Baptista Pereira, nos círculos intelectuais do país. Empenhando-se, como combatente denodado, no movimento de reação nacional à campanha difamatória, que se desfechava contra o Brasil, a propósito da guerra do Paraguai, as páginas que então escreveu, sem quebra da seriedade das pesquisas históricas que a fundamentam, ani-

mam-se por vezes da ardorosa vibração de um legítimo panfletário. São livros que marcaram época, pela extraordinária repercussão que alcançaram: “Civilização contra Barbárie”, “O Brasil e a Raça”, “Formação Espiritual do Brasil”, aparecidos sob a forma de conferências e posteriormente englobados num só volume, intitulado “Pelo Brasil Maior”. Idéias, sentimentos, reminiscências históricas, cuja condensação está no belo discurso, em que Baptista Pereira agradeceu aos amigos que, em 1928, o homenagearam em São Paulo, por sua esplêndida participação nessa cruzada cívica.

O homenageado que hoje recordamos cada vez mais se fazia uma figura nacional. A ele recorreu o Presidente Washington Luiz, para que fosse o cicerone do célebre escritor inglês Rudyard Kipling, quando este visitou o Brasil. Que melhor companheiro para iniciar o ilustre viajante no conhecimento das maravilhas naturais, da riqueza dos costumes e tradições, da carga evocativa do passado do Rio de Janeiro !! Desse encontro nasceu a estima e a recíproca admiração, que uniu os dois grandes espíritos e se atesta na correspondência que entretiveram. Da recordação desses momentos brilhantes e inolvidáveis, restou o testemunho do próprio Baptista Pereira, num dos mais radiosos capítulos de “Figuras do Império e Outros Ensaios”.

Outra celebridade, cujo nome repercutia largamente no Brasil e que se aproximou dele foi o Conde Hermann de Keyserling, pensador, ensaísta e escritor de grande nomeada mundial, fundador da escola da Sabedoria, em Darmstadt. Ligaram-se os dois intelectuais por sólida amizade, que se prolongou, através de regular correspondência.

Por aquela época, vivia Baptista Pereira na sua mansão da Gávea, na Rua Marquês de São Vicente, mansão que reproduzia as linhas mestras do casarão da ancestral estância do Inhatium. Ternas lembranças da província nativa, de cujas raízes sobrevivia também o uso do chimarrão, este miraculoso estimulante que ele sorvia ininterruptamente, quando engolfado no trabalho intelectual. Ele mesmo, por sinal, e por ocasião da campanha pela restauração federalista no Rio Grande, atestou a sua fidelidade às origens, proclamando: “Todo o meu fundo ancestral veio à tona, nessa erupção de patriotismo e revolta. É o sangue rio-grandense que flameja atavicamente, nesse longo brado de desespero e protesto. É o sangue gaúcho que arde, ante o aviltamento da terra dos seus maiores”. Nessa casa, recebia ele, especialmente aos domingos, os mais cultos espíritos, amigos brasileiros e estrangeiros que acorriam às brilhantes tertúlias, cuja ruidosa vivacidade vibrava entre as estantes da opulenta biblioteca, na qual os exemplares de curso comum emparelhavam com as raridades bibliográficas, as edições “príncipes”, os volumes ricamente ilustrados, um tesouro inavaliável, que o tempo e os contrastes da vida infelizmente vieram a desagregar.

Em meio a essa existência tão rica de sentido e de realizações, veio colhê-lo o tumulto da Revolução de 1930. Por sua amizade com o Presidente Washington Luiz e outros próceres da República Velha, amizade isenta de imediatismos e de interesses mesquinhos, incorreu Baptista Pereira nas desconfianças da facção triunfante. Ameaçado em sua liberdade, teve de homiziar-se na Embaixada de Portugal. Destituído do cartório de que era titular, saqueada a sua residência, viu-se na necessidade de aumentar os magros proventos da sua aposentadoria, mediante o trabalho intelectual, como tradutor e fundador da Revista Brasileira, em sua quarta fase. Surgiu a Revista como “síntese do momento contemporâneo”, devendo abordar os temas da atualidade política, econômica, artística, e estampar livros completos, mas de dimensões limitadas. Assim foi que, em suas páginas reimprimiu-se “O Brasil e o Anti-semitismo”, da lavra do próprio Baptista Pereira, composto no instante em que ele se preocupava com os grandes temas e problemas de ordem internacional. Libelo e análise, ao mesmo tempo, contra o “Mein Kampf”, a doutrina e o regime de Hitler, esse vigoroso livro de intensa repercussão nacional, ecoou ainda além fronteiras. Era como uma antevisão da catástrofe mundial, desencadeada em 1939, e chegava a propor o boicote da Alemanha, em nome dos direitos humanos e da autodeterminação dos povos, espezinhadados pelo III REICH. Idéias em que comungavam muitos dos estadistas europeus coevos. Também no plano dos mais momentosos assuntos internacionais, escreveu ele “A Ilusão Russa”, em que examina e contesta a Revolução Bolchevista de 1917.

De 1936, é a já mencionada e substanciosa monografia sobre as origens de São Paulo, “A Cidade de Anchieta”. Trata-se de uma obra essencial, na bibliografia histórica paulistana. Sem entrar a fundo no mérito desse estudo, tão rico de sugestões e conteúdo, basta ressaltar, como valiosa contribuição original, a cuidadosa reconstituição dos primitivos caminhos, que ligavam São Paulo de Piratininga à baixada vicentina, através da encosta abrupta da Serra do Mar; bem assim, a comovente evocação dos jesuítas, que deram a São Paulo de Piratininga a sua estruturação moral, a disciplina social, de que resultou a consolidação do núcleo originário, por eles mesmos estabelecido e, logo a seguir, posto também sob a égide do poder civil organizado.

Antes, porém, sobreviera a Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo. Sabido é o partido que tomou Baptista Pereira por esse patriótico movimento. Dessa corajosa decisão, nasceu o “Diário da Capela”, memorial dos dias em que ele esteve encarcerado, com outros companheiros, no presídio da Rua Frei Caneca, no Rio de Janeiro. Freme nessas páginas uma veemente profissão de fé constitucionalista e democrática e, ao mesmo tempo, um hino de amor a São Paulo. Era mais uma afirmação da invariável fidelidade desse lidador às lutas pela Justiça e a Liber-

dade. Era também mais uma demonstração dessa misteriosa afinidade com a terra paulista, que ele não prezaria mais do que prezou, se aqui tivesse nascido, e à qual tanto se consagrou, pesquisando-lhe a história, cultuando-lhe as tradições, proclamando-lhe as glórias, exaltando-lhe a vocação liberal e a grandeza política, e servindo-a, na hora do sacrifício e da rebeldia heróica, pela adesão moral desassomburada, pela força da sua palavra máscula, já que o não podia fazer de arma na mão.

Nessa quadra da sua vida não se abateram sobre o cidadão idealista apenas as contrariedades políticas. Passou ele pelo doloroso transe de perder a filha primogênita. Dificuldades financeiras o obrigaram a desfazer-se da casa da Gávea, para ir morar no modesto apartamento de Copacabana. Outra perda sofrera, para ele ainda mais penosa, quando teve de desfalcar de muitas preciosidades a sua esplêndida biblioteca, sob a pressão das mesmas aperturas materiais.

Na fase derradeira da vida, entregou-se, com a paixão que nunca deixou de pôr em seu trabalho intelectual, às pesquisas lingüísticas sobre a língua tupi, buscando-lhe as raízes em antigos idiomas, como o egípcio.

Com a perda da esposa amantíssima, em 1953, nem o amparo dos filhos, nem a afetuosa solidariedade dos amigos, puderam impedir que ele se tornasse um tanto arredio, raramente retornando a São Paulo, onde então residiam seus descendentes e outrora gostava de rever velhos companheiros. Entre as notas manuscritas de um seu caderno de memórias, as mais comoventes explosões de desalento entremeiam-se com serenas confissões de saudade. Vede a singela beleza destas palavras, que lhe inspirou a imagem da esposa, em seu leito de morte: "Dedélia dorme como uma Santa. O toque divino da morte em santidade transfigurou-a. Seu rosto resplandece em harmonia celestial. Certas irregularidades de um rosto que nunca teve os índices da formosura comum desaparecem. Os dedos invisíveis da morte plasmaram-lhe a verdadeira fisionomia, com que vai entrar no sólio da ressurreição".

Mas, teve ainda um lampejo esse espírito vibrátil, na Casa de Rui Barbosa, ao proferir ali, em 1958, brilhante peça oratória sobre a Conferência de Haia. Essa página, com a evocação de Eduardo Prado e Júlio Mesquita, no mesmo ano, constituem o canto de cisne do admirável escritor.

Declinando-lhe a rija saúde, internou-se no Hospital São Paulo e ali veio a fechar os olhos, em 20 de agosto de 1960. Nos seus últimos dias, esteve sempre cercado dos parentes e amigos fiéis. Rodeado, também, de livros, esses indefectíveis companheiros, que sempre foram uma das mais fortes motivações da sua vida. Extinguiu-se serenamente, no reconforto da fé inabalável em Deus e na Igreja Católica, em que nunca deixou de amparar-se. Aos monges de São Bento, seus diletos amigos do Colégio

onde lecionara na juventude, respondia em Latim às orações dos agonizantes, esperando a morte em perfeita conformidade.

Foi na quadra final da sua vida que tive o privilégio de conhecê-lo. Tudo o que dele, hoje dizem os seus amigos, não basta para traduzir o que era a presença de Baptista Pereira. Só quem privou do seu convívio pode avaliar em toda a extensão aquela personalidade tão invulgarmente rica e vária. Temperamento entusiasmado, curiosidade aberta a todas as manifestações da vida, sua observação sempre alerta viajava das altas criações da arte e da literatura, até os fatos do dia-a-dia, como o esporte. Interessou-se na adolescência pelo frontão, que praticou destramente e do qual disse, em 1897, que era o futebol daqueles dias, estando ele entre os primeiros cronistas dessa modalidade esportiva. Era ele uma dessas presenças que vibratilizam o meio em que se encontram, que contagiam os interlocutores, no encanto da sua conversação fascinante, pela originalidade das idéias e o inesperado da invenção verbal. E uma sensibilidade delicada, que o levava a extremos de dedicação aos amigos, pelos quais não media sacrifícios, nem perigos.

Esse brilho intelectual, essa altitude de espírito, essa grandeza de coração, explicam o seu estilo de escritor, revestido daquele vigor de expressão, opulência vocabular, fluência da frase, esplendor das imagens, que tanto o distinguem.

Um dos que o conheceram de perto e melhor lhe conhecem a obra, Américo Jacobina Lacombe, dá o seu valioso testemunho de como Baptista Pereira escrevia. Dotado de extrema facilidade de composição, era ele capaz de redigir um artigo rapidamente ou uma conferência em poucas horas. Por outro lado, era um escravo da tortura do estilo, o que o levava a retocar infinitamente as páginas, às quais desejava imprimir o selo da durabilidade e da perfeição artística.

Assim foi o homem e o primoroso escritor. Escusem-me os que me dão a honra de ouvir, se me excedi em demasia. É que a vida e a obra de Baptista Pereira são muito grandes. Hoje, um século volvido, desde o seu nascimento, está bem viva a presença dele. Homem dos mais representativos do seu tempo, não passou com o seu tempo. A obra que deixou escrita é o próprio monumento que o perpetua. A marca que deixou impressa na memória dos que o conheceram é o outro penhor magnífico, da sua sobrevivência. Era ele, em suma, uma dessas criaturas que enobrecem, eu diria até que justificam o ato de viver. Salve Baptista Pereira !

BATISTA PEREIRA E SUA OBRA

Conferência de Odilon Nogueira de Matos

Sejam minhas primeiras palavras um sincero agradecimento à Academia Paulista de Letras e à Academia Paulista de História pela honra que me conferiram convidando-me para falar nesta sessão especial em que os dois sodalícios se associam para comemorar o centenário do nascimento de Batista Pereira. Não tive o privilégio de conhecer pessoalmente o grande homenageado desta noite. Uma só vez em que vi anunciada uma sua conferência coincidindo com ocasião em que me encontrava no Rio de Janeiro (isto lá por 1940 ou 41), uma circunstância imprevista impediu-me de satisfazer o grande desejo de conhecê-lo e ouvi-lo. Mas conheci e conheço tanta gente que com ele conviveu e bem o conheceu e dele tanto me falaram, que é como se eu próprio o tivesse conhecido. Todavia, se não o conheci pessoalmente, posso gabar-me de conhecer razoavelmente a sua obra — valiosa, variada e vasta, como procurarei mostrar — tomando contato com ela desde os tempos de ginásio. Dito isto hoje, quase meio século depois, a frase poderá não soar bem, dando impressão de bazófia ou precocidade, sobretudo quando se considera o pouco ou quase nada que hoje se lê, mesmo nas universidades. Acontece que minha adolescência e mocidade transcorreram numa época em que ainda não havia tanta cousa a desviar a atenção de um jovem, e era, então, na leitura que encontrávamos o melhor para as nossas horas de lazer. E como se não bastasse, tive o privilégio de realizar minha formação humanística num colégio que, através de seus inúmeros grêmios literários, estimulava muito as atividades extracurriculares, propiciando-nos oportunidade para iniciação nos domínios da ficção, da oratória, da crônica, da poesia, da declamação, dos comentários literários etc. Desta maneira — e não era apenas o meu caso — qualquer rapaz de minha geração podia, ao encerrar o curso ginásial, apresentar razoável crédito de boas leituras nas áreas que mais lhe agradasse.

À vista do que acabo de dizer, não estranhem, pois, meus nobres ouvintes, quando afirmo que foi ainda nos meus tempos de ginásio, com apenas dezessete anos, que travei conhecimento com a obra daquele a quem hoje homenageamos. E eu me permito relatar como foi que isso aconteceu. Abril de 1933. Residia em Juiz de Fora, onde cursava o último ano ginásial do famoso Colégio Granbery. Precisando ir ao Rio de Janeiro em visita a pessoa de minha família que se encontrava gravemente enferma, pediu-me meu pai que procurasse um seu velho amigo dos tempos de mocidade, a quem deveria entregar uns papéis. Esse seu amigo, aliás bem mais velho que ele, ainda não o conhecia a não ser de nome. E de nome, não apenas o conhecia desde a infância, como o respeitava deveras, pois fora

nos seus livros que realizara meus primeiros estudos de História do Brasil e de História de São Paulo, ainda no Grupo Escolar. Seu nome, eu o profiro com o maior respeito: José Francisco da Rocha Pombo, ou simplesmente Rocha Pombo, que é como ele vinha grafado nas capas dos seus livros, editados pela Companhia Melhoramentos de São Paulo. Bastante modesto e em situação econômica difícil, diria mesmo pobre, o grande historiador paranaense residia numa modesta casa de subúrbio da antiga Capital Federal, onde fui procurá-lo naquela já bem longínqua tarde de abril de 1933. Desincumbido da tarefa, acanhado por me encontrar diante de alguém que para mim era um verdadeiro símbolo, já me dispunha a ir embora, quando o simpático velhinho, já com a saúde bastante abalada, fez questão de reter-me por mais algum tempo, fazendo as costumeiras perguntas que um ancião faz a um jovem desabrochando para a vida. As mesmas que, hoje, eu próprio faço aos que me procuram na fase da vida em que, naquela ocasião, eu me encontrava: se gostava de estudar, qual a matéria de minha preferência, que carreira pretendia seguir, e por aí afora. Respondido meio encabuladamente o que me fora perguntado, indagou-me Rocha Pombo se eu gostava de História. Tive, de pronto, uma resposta que agradou ao bom velhinho, dizendo que o que eu sabia de História devia-o a ele, pois fora nos seus livros que estudara. E enumerei suas duas Histórias do Brasil, a "História de São Paulo" e até a quase infantil "Minha Pátria", que fora meu livro de leitura — por assim dizer a artinha que me ensinara os primeiros rudimentos de nossa História, nos bons tempos do Grupo Escolar da antiga Rua Morais Sales, de Campinas. E me preparava — acrescentei — para ler sua grande "História do Brasil", em dez volumes, que havia na biblioteca do colégio em que estudava.

Rocha Pombo, mal disfarçando, através de leve sorriso que era muito seu, a satisfação por encontrar um rapazola que conhecia vários dos seus livros, indagou-me se fora das obras didáticas eu já havia lido alguma obra de interesse histórico. Dado o hábito de leitura de minha geração, a que de início me referi, não me foi difícil recordar, de momento, pelo menos meio dúzia de livros que já tinha lido, e que iam desde **A Retirada da Laguna**, de Taunay, até **Os Sertões**, de Euclides, que estava lendo naquele ano, para trabalhos de classe. Foi nesse momento que Rocha Pombo dirigiu-se à estante e dela retirou um livro que mo ofereceu, recomendando-me que o lesse com atenção, e acrescentando, ainda, que não precisaria devolver-lhe, pois possuía outro exemplar. Sensibilizado com o presente, pus-me a examinar o volume. Intitulava-se **Figuras do Império e Outros Ensaios**. Seu autor, Batista Pereira. Confessei-lhe que ainda não conhecia o autor. Rocha Pombo disse-me, então, o que qualquer um diria dele, isto é, que era genro de Rui Barbosa, mas apressou-se em acrescentar que não era apenas por essa circunstância que ele deveria ser apreciado. E rematou com esta frase que nunca esqueci: "É um dos nossos melhores escritores. Mais que eu, ele é quem devia estar na Academia Brasileira".

Lembro, entre parênteses, que naquela ocasião fazia apenas duas semanas que Rocha Pombo havia sido eleito para a Academia, na vaga de Alberto de Faria, o conhecido biógrafo de Mauá. Todavia, suas condições de saúde, já bem precárias, não lhe permitiram tomar posse na Casa de Machado de Assis, pois veio a falecer dois meses depois do episódio que estou narrando, ou seja, em junho de 1933.

Aproveitei a viagem de volta a Juiz de Fora, logo na manhã seguinte, para começar a ler **Figuras do Império e Outros Ensaios**. Examinando-o com mais cuidado, notei que o volume fazia parte de uma coleção que se caracterizava por ter as capas uniformes, apresentando o perfil do mapa do Brasil ornado com algumas estrelas, variando apenas a cor de volume para volume. Aliás, **Figuras do Império** iniciava essa coleção, que se chamava “Brasileira”, da qual já tinha visto alguns volumes em vitrinas de livraria. Passei a me interessar por essa coleção, que já contava, naquela época, com mais de dez volumes publicados, inclusive dois outros do próprio Batista Pereira: **Vultos e Episódios do Brasil** e **Diretrizes de Rui Barbosa**. Quando, naquela ocasião, poderia imaginar que ao estudo e recensão dessa preciosíssima coleção, hoje com mais de quatrocentos volumes, viria a dedicar alguns dos melhores momentos de minha vida, dela tratando, durante quase dez anos, ao longo de mais de oitenta números de minha “Notícia Bibliográfica e Histórica” !

Figuras do Império e Outros Ensaios — como o título está a indicar é um volume bem variado. As “figuras do Império” nele estudadas são: Torres Homem, Rio Branco, Martinho de Campos, Lafaiete, Cotegipe, Ferreira Viana, Nabuco de Araujo, José de Alencar e Silveira Martins. Os “outros ensaios” versam sobre a queda de Zacarias, Rui Barbosa na Conferência de Haia, o idealismo da Constituição, encerrando-se o volume com o capítulo referente à visita de Rudyard Kipling ao Rio de Janeiro, contendo o relato dos seus passeios com o grande escritor, como acompanhante especialmente designado pela Presidência da República. Esta parte fora primeiramente publicada numa série de artigos de “O Jornal” e o que nela se ostenta de conhecimento do velho Rio — recorda Américo Jacobina Lacombe — é uma pálida revelação do que significava um passeio pela nossa antiga Capital Federal em tão excelente companhia. Deste seu contato com Kipling resultou sólida amizade, coroada pela tradução do **Kim**, o maior livro do grande escritor inglês, nascido, aliás, na Índia, em 1865, e falecido em Londres, em 1936.

Apenas não li, na ocasião, a parte mais importante do livro, qual seja, a polêmica com Oliveira Viana a propósito de “O Idealismo da Constituição”. Sempre soube reconhecer minhas limitações como leitor. Jamais li só para dizer que o fiz. Soube sempre aguardar o momento adequado para determinadas leituras. Foi o que aconteceu com esta parte de **Figuras do Império**. Isto, não só por não ter ainda estudos suficientes

para entrar na apreciação de temas relativos à história constitucional, como, também, por não conhecer o trabalho de Oliveira Viana a que Batista Pereira dava resposta. Só bem mais tarde foi que com ele travei conhecimento. O estudo de Oliveira Viana fora publicado originalmente no volume **À margem da História da República**, organizado pelo editor Álvaro Pinto, do Rio de Janeiro, e pretendia ser — como o subtítulo o dizia — um “inquérito com a geração nascida com a República”. De fato, cumpre observar que o regime republicano, nos seus primeiros trinta anos — e era natural que assim fosse — contou com as grandes figuras do Império; dois nobres conselheiros da monarquia tornaram-se presidentes da República e muitos outros, mesmo sem ascender à curul suprema da nação, — a começar pelo próprio Rui Barbosa — prestaram assinalados serviços ao novo regime, nos mais diversos cargos e nas mais variadas funções. Agora, que os remanescentes do Império estavam desaparecendo ou então, pela idade, afastando-se da vida pública, era chegada a hora da “geração nascida com a República”. Que tinha a dizer esta geração? como se comportava em face dos primeiros trinta anos da experiência republicana? quais suas perspectivas futuras? O livro saiu muito desigual, o que comumente acontece com as obras coletivas, mas alguns dos ensaios ali reunidos figuram entre as melhores páginas do nosso tão pobre pensamento político. Lendo, posteriormente, alguns escritos de Batista Pereira, especialmente os da década de '20 e aos quais daqui a pouco me referirei com mais vagar, fico a pensar que foi uma pena Batista Pereira não fosse convidado a colaborar nesse volume. Muitas de suas páginas estão bem de acordo com a natureza do volume planejado pelo conhecido editor carioca e muito teriam contribuído para enriquecer a importante obra.

Nos meus cursos de História Política do Brasil, ao tratar de nossa formação constitucional, nunca deixei de citar — e seria imperdoável omissão se o não fizesse — a obra de Oliveira Viana (embora nem sempre concordando com ela), mas também nunca deixei de citar a resposta que lhe deu Batista Pereira em **Figuras do Império e Outros Ensaios**. Lamento sinceramente que quase ninguém o faça. Tenho visto numerosas referências ao livro de Oliveira Viana, reeditado com ampliações em 1939, mas nunca vi uma referência sequer à resposta de Batista Pereira. Ela passou praticamente despercebida. Talvez tenha contribuído para isto o fato de ter sido ela incluída num volume de título bastante geral e que não dá ao leitor condições de saber o que ele contém. O próprio Oliveira Viana não se preocupou com a resposta, o que, aliás, era muito de seu feitio, pois ao reeditar o livro com numerosos acréscimos oito anos depois de publicadas as críticas de Batista Pereira, não lhes faz a menor referência. No entanto, constitui esta resposta uma das mais belas páginas de nossa literatura política. Afinal, é uma luta de dois gigantes do pensamento, um bem à altura do outro. Parece-me que Batista Pereira, ao escrever sua crítica, teve em mente as sábias palavras com que o renomado Padre Leo-

nel Franca inicia um dos seus livros de polémica religiosa com um ilustre pastor presbiteriano: “No mundo das idéias há poucos espetáculos tão belos como o de uma polémica sincera. A luta de duas inteligências, que se desembaraçam nobremente das influências perturbadoras das paixões, e, estimuladas pelo amor desinteressado da ciência, multiplicam os argumentos, aprofundam a erudição, aguçam a perspicácia da análise, representa um esforço digno do homem, coroado dos mais certos e sólidos resultados. Das discussões elevadas se beneficia sempre a verdade”. E o que caracteriza sobretudo a crítica de Batista Pereira é a elegância com que a faz. Vale a pena recordar seus primeiros parágrafos:

“O Sr. Oliveira Viana já é um grande nome entre nós. Uma série de ensaios de Psicologia social deram-lhe foros de pensador. Isento de superstições pragmáticas ou sectárias, informado, tolerante, escondendo sob uma aparente displicência, uma real mestria da palavra, a sua aparição nas letras deu-me a impressão de um levante estelar. Fui dos primeiros, e não me arrependo, a comprazer-me das suas vitórias. Sofro como poucos a hipnose do talento. Sem invejas, sem aspirações, sem rivalidades, sempre bati palmas ao Sr. Oliveira Viana, a quem, aliás, nem de vista conheço. A sua independência, a sua franqueza, a sua elevação, a sua acuidade seduziram-me. Amigos dos que mais prezo informaram-me, depois de escritas estas páginas, em que ousou contraditá-lo nalguns pontos, da sua compostura, da sua modéstia, de um raro conjunto de qualidades. Estive a pique de sacrificar meu trabalho para não desgostá-lo. Não mo consentiram. Alegaram-me os direitos da verdade, a que não podia renunciar. Convenceram-me de que tratei do assunto com tanta elevação que o Sr. Oliveira Viana, a menos de ter a intolerância de um Torquemada, o que parece incompatível com a eminência do seu espírito, não se poderia magoar com as minhas discordâncias. Tive de conformar-me. Procedi a uma rigorosa revisão do que escrevera para ver se me fugira palavra menos cortês, intenção mesmo de longe capaz de ferir a mais delicada sensibilidade. Não a encontrei. Se me tiver escapado na pressa dos dois dias em que foi redigido, e dos outros dois em que foi revisto este trabalho, retrato-me de antemão sinceramente”.

Figuras do Império e Outros Ensaios despertou-me o interesse em conhecer outras obras de Batista Pereira e, numa seqüência natural, meu contato seguinte foi com outro volume, publicado também na Coleção “Brasiliana” e que adquiri na velha Livraria Dias Cardoso, de Juiz de Fora, naquele mesmo ano de 1933. Como o título o indica, e tal como o volume anterior, **Vultos e Episódios do Brasil** é um livro misto, em cuja maior parte há uma presença constante de Rui. Três peças de circunstância relativas ao grande brasileiro nele se enfeixam: o discurso na inauguração do Museu Rui Barbosa e dois discursos na inauguração de bustos de Rui, um no Supremo Tribunal Federal e outro na cidade paulista de Monte Azul; este, Batista Pereira considera o mais perfeito de quantos bustos

de Rui Barbosa até então haviam sido feitos. É taxativa sua afirmação: "Monte Azul, pequenina localidade do que ainda alguns chamam sertão de São Paulo, como se em São Paulo inda houvesse sertão, Monte Azul pode ufanar-se de possuir o mais perfeito busto de Rui Barbosa". Sua inauguração ocorreu a 25 de novembro de 1924, menos de dois anos após o seu falecimento. E poucos dias antes, a 5 do mesmo mês de novembro, fora inaugurado em Campinas o monumento a Rui Barbosa, o primeiro de quantos (talvez centenas) se erigiram no Brasil. Batista Pereira não pôde deixar de evocar esta peculiaridade de São Paulo em matéria de homenagens a Rui Barbosa: em nosso Estado se encontram o primeiro e o mais perfeito busto do grande brasileiro, respectivamente o de Campinas e o de Monte Azul. O ruísmo está representado, ainda, neste livro, por uma conferência proferida na Faculdade de Direito de São Paulo sobre "Rui Barbosa, a Constituição e o Militarismo". A data desta conferência é significativa: 5 de novembro de 1931. Era o dia de Rui Barbosa comemorado num dos momentos mais difíceis de nossa história, quando estávamos como que à procura de rumos para o nosso País, um ano após a vitória da revolução que pusera fim à chamada "Primeira República". Já escrevi, de certa feita, que "no processo revolucionário que se inicia pouco depois da Primeira Guerra Mundial e ainda não terminou, o movimento de 1930 é apenas uma parada, uma estação, mas uma estação onde o trem não troca simplesmente de **staff** para ter certeza de que a linha está livre, mas onde ele pára bastante tempo para meditar por qual das linhas deve seguir. E terá seguido pela linha certa ?" Na conferência de Batista Pereira encontro elementos que me ajudam a responder esta dolorosa interrogação.

Os demais trabalhos reunidos em **Vultos e Episódios do Brasil** versam sobre os dois José Bonifácio (o "Patriarca" e o "Moço"), sobre Brasília Machado, sobre o quarto centenário de São Vicente (conferência proferida na histórica cidade litorânea no próprio dia de seu quadricentenário), sobre o Rio Grande do Sul e Garibaldi e sobre D. Francisco de Souza, este, de grande interesse histórico, pois lança luzes sobre a personalidade do ilustre governador de fins do século XVI e princípios do XVII, estimulador das primeiras bandeiras paulistas. Contém ainda o volume a reprodução do opúsculo **Brasil — Estados Unidos**, publicado em 1929, por ocasião da visita ao Brasil do Presidente Hoover, e no qual procura mostrar as muitas afinidades históricas e sentimentais entre os dois países. Enfim, como se vê, volume bastante rico e multifacetado pela enorme variedade de temas.

O mesmo ano de 1932, que viu a publicação de **Vultos e Episódios do Brasil**, assinalou, também, a publicação das **Diretrizes de Rui Barbosa**, excelente seleção de páginas ruianas, abrangendo política interna, política externa, militarismo, religião, direito, lingüística e ensino, magníficos textos escolhidos, anotados e prefaciados por Batista Pereira.

Não me encontrava em São Paulo por ocasião da Revolução Constitucionalista de 1932. Por essa razão, não tive oportunidade de testemunhar a gloriosa epopéia paulista. Mas, como é óbvio, “torcia” por São Paulo, integrando-me a um variado grupo de estudantes e jovens intelectuais que, nos cafés e nas tradicionais rodinhas da Rua Halfeld, de Juiz de Fora, não via a hora da vitória paulista, que seria também a vitória da honra e da dignidade. Um meio de compensar meu “capitis diminutio” de paulistanidade foi procurar ler tudo quanto se escreveu sobre o estupendo movimento e que começara a sair, mal terminada a revolução. Li quase tudo daquela infinidade de livros, de valor muito desigual, mas que testemunhava o interesse que a arrancada constitucionalista despertara. Na ânsia de compensação a que me referi, queria ficar em dia com o movimento, como se a ele houvesse assistido ou dele participado. Assim, li os livros de Alfredo Ellis Júnior, Menotti Del Picchia, Euclides de Andrade, Armando Brussolo, Horácio de Andrade, Monsenhor João Batista de Carvalho, Origines Lessa, Herbert Levy, Heliodoro da Rocha Marques, Jair Pinto de Moura, Benjamin de Oliveira Filho, Honório de Syllos, Matos Pimenta e ainda outros de que não me lembro. Um dia, naquele mesmo ano de 1933, no velho Dias Cardoso, deparei com um livro curioso, cujo título me intrigou: **Diário da Capela**, do mesmo Batista Pereira, cujos livros publicados na “Brasileira”, havia acabado de ler. A capa apresentava o fac-símile de um jornal manuscrito intitulado exatamente “Diário da Capela” e a figura de um sacerdote abençoando as dádivas da Campanha do Ouro Para o Bem de São Paulo. Folheando-o, deparei, logo no prefácio, com estas palavras: “Fui por São Paulo”. E adiante: “Ardente e impulsivamente”. E explicava: “Tenho pelo mais sagrado dos deveres o da gratidão. E devo a São Paulo o túmulo do meu pai e o berço de minha mãe. Por vinte anos a fio meus pulmões respiraram somente os ares piratinicanos. Paulistas são os meus companheiros de adolescência e juventude, o que quer dizer que paulistas são os meus melhores amigos. Fui por São Paulo. Não poderia deixar de ser”.

O fato de se ter declarado por São Paulo “ardente e impulsivamente”, segundo suas próprias palavras, custou a Batista Pereira a prisão na chamada “Sala da Capela”, do presídio da Rua Frei Caneca, no Rio de Janeiro, juntamente com outros simpatizantes da revolução. Ali, fez circular entre os companheiros de prisão um jornal manuscrito, a que denominou “Diário da Capela”. Finda a revolução, logo no ano seguinte todo o material escrito para o pequeno jornal foi reunido em livro, que recebeu o mesmo título, cujo sentido, confesso, a princípio não percebi, mas que se aclarou com a leitura do prefácio. No **Diário da Capela** há páginas comoventes, entre elas a que narra a oferta à causa paulista da aliança de Rui Barbosa. Vale a pena recordá-la:

“Minha sogra certa vez marcara-me a sua visita. Mas não pôde vir, por moléstia. Quando minha mulher chegou, depois dos primeiros

momentos explicou-me a ausência da mãe. Mas chamou-me de lado e disse-me: 'Mamãe resolveu mandar para São Paulo a aliança de Papai. Eu devia trazer-ta para a mandares. Mas refleti que daqui não devia ser possível. Em todo o caso, precisamos descobrir um portador seguro'. Fiquei literalmente siderado de espanto. Minha sogra separar-se da aliança de Rui Barbosa ! Eu sabia que mais facilmente ela daria a mais rica das suas jóias. Naquele pequenino aro estavam encerrados a sua mocidade, a sua beleza, os seus sonhos de moça, o longo poema de sua vida de carinhos e sacrifícios. O anjo da guarda com certeza não estremece com mais carinho as próprias asas. A minha emoção não teve palavras. Subiu-me aos olhos, até então enxutos. Não tive a coragem de reprimir-me e de recorrer a um esforço de energia para refrear a água que me borbulhava dos olhos. Indaguei. Pedi todos os pormenores. Inquiri se alguém influíra naquela resolução. Queria saber exatamente como fora tomada. Minha mulher explicou: 'não, Mamãe não consultou ninguém; perguntou-me: se teu Pai fosse vivo, estava com certeza ao lado de São Paulo, não é ? São Paulo está-se batendo pela lei e pela Constituição que ele fez. Quero mandar a aliança de que ele nunca se separou. Se Rui fosse vivo, faria outro tanto ! Creio que por dois ou três minutos não consegui articular uma palavra. Ficamos eu e todos os meus contagiados da mesma emoção. Rui descobrira um meio de mais uma vez optar entre a força triunfante e o direito conculcado. Inspirara à mulher aquela idéia de peregrina beleza. Iria levar a São Paulo, vivo e imortal, o emblema a que deu mais apreço na vida. A sua aliança seria uma bênção aos sete milhões de paulistas que reagiam contra as inúteis e injustas humilhações impostas à terra bandeirante. Naquela pugna entre a liberdade e o arbítrio, o seu lugar estava de antemão marcado. Ele tomou-o mesmo do além-túmulo”.

Se há páginas comoventes, como a que acabo de ler, no **Diário da Capela** há também páginas grandiosas, épicas, como a que escreveu ao ter notícia do bombardeio de Campinas por aviões da ditadura. Batista Pereira foi sempre muito ligado a Campinas. Ali viveu algum tempo quando moço, no início do século, quando se candidatou à cadeira de Literatura do tradicional Ginásio do Estado da cidade. Daí a motivação para produzir certamente a mais bela página que já se escreveu sobre a terra campineira. Vendo-a esquecida das novas gerações, reproduzi-a por duas vezes em “Notícia Bibliográfica e Histórica”, da primeira dando-lhe por título “Ode a Campinas”, que de fato ela o é. Lamento que os campineiros continuem a ignorá-la. Com suas tradições, com o orgulho de seu passado, com o ufanismo de tantas glórias, Campinas jamais poderia esquecer a ode de Batista Pereira. Ela vale por uma consagração, por uma exaltação, que deveria estar no coração e até mesmo nos lábios de todos aqueles que, campineiros de nascimento ou de adoção, vivem na bela cidade paulista. Mas na materialização constante e acelerada da vida hodierna tirando lugar às cousas do espírito, na ânsia de preocupações apenas utilitárias, a bela “Ter-

ra das Andorinhas” pagou também o seu tributo ao Moloc dos tempos modernos, imolando em seu altar as glórias dos seus maiores. Perdeu o culto ao passado, esqueceu suas tradições. Não fora isto, a página de Batista Pereira seria o seu hino oficial, recitado em todos os momentos cívicos e guardado no escrínio mais íntimo de cada campineiro. Ei-la:

“Deus te guarde, Campinas, maior hoje do que nunca ! Teu bombardeio é uma glorificação. A ferocidade dos teus assaltantes deu-te a coroa de espinhos das cidades mártires. É um recibo de heroísmo passado pelos que não podendo corromper nem atemorizar, se vingam em destruir.

Deus te guarde, minha Campinas ! Doiraste-me um dia a juventude de um raio do teu sol. Guardei-o no coração, que hoje to devolve, num grito de carinho, partido do cárcere. Do cárcere onde expia o crime dos livres, que bem sabes qual seja, porque é também o teu, cidadela do brio e da honra.

Passam os primados da opulência. Soçobram em declínios instantâneos as hegemonias mercantis. O que não passa é o espírito da raça, a pupila dos leões, o fluido medular da espécie.

Deus te guarde, Campinas !

Os aviões que te granadearam julgaram decerto esmorecer-te o ânimo e quebrantar-te as energias. Enganavam-se. Os excessos da violência só conseguem tornar mais rijo o aço das resistências cívicas. Caçula de Lovaina, preferes a destruição à desonra. Antes a coroa das chamas da Moscou de Napoleão do que a ignomínia de uma rendição covarde. Primogênita dos bandeirantes, atalaia dos sertões, a fortaleza do teu caráter é *inacessível aos Caíns do espaço !*

Deus te guarde, Campinas ! O estrondo das primeiras granadas que explodiram no teu recinto, trucidando-te a população inerte, não conseguiu paralisar-te de terror. Gelou-te porém de espanto e surpresa. Bombardeada, por quê ? Todas as leis divinas e humanas deviam preservar-te, cidade indefesa, absorvida unicamente nos labores fecundos da paz. Mas a Ditadura não se podia deter ante o imperativo moral, mais forte entre os civilizados que todas as cúpulas blindadas. Era preciso estampar nas tuas faces de princesa a manopla dos brutamontes, que só conhecem o direito da força.

Deus te guarde, Campinas ! Centro intelectual que por decênios disputou à capital a primazia, sede de institutos de ensino que formaram gerações e gerações de nomes nacionais, mãe da arquitetura paulista, justo era que fosses a vítima preferida dos Calibans vestidos de Ariel.

Não os deteve um minuto a consideração de que a farda do militar não é a jaqueta de couro do Lampião, nem os céus do Cruzeiro as caatingas do Nordeste. Embuçaram-se nas tocaias do espaço com a volúpia homicida dos jagunços, para castigar-te dessa hierarquia cultural que para

os bárbaros de Átila e de Alarico eram a justificação de todas as atrocidades.

Mas não baixaste a cerviz. Enterraste os teus mortos e continuaste impassível, erecta no teu denodo e na tua fé e sabendo esperar o dia infalível da vitória. Deus te guarde, Campinas !

Meca da propaganda, não tens um canto onde não tenha palpitado um sonho de República. Depois da eversão desse Império, contra o qual foste a maior das catapultas, desse Império que fez a unidade nacional à sombra da espada de Caxias, que te resta, senão o pó e a cinza das ilusões desfeitas ?

Cresceste pouco a pouco, pequenina vila de São Carlos, pouso terminal do fazendeiro que sucedeu ao bandeirante e ia romper do teu seio para o desconhecido, semeando de cidades e cafezais o oceano da terra virgem. Mas te enlevavas menos nas tuas conquistas que na cultura de teus filhos. Timbraste sempre em cultivar esse jardim interior, vedado aos bárbaros, onde florescem os sentimentos que elevam a criatura e embalsamam a vida.

Deus te guarde, Campinas ! Teu afã de aprimoramento, teu culto das letras e das artes forrou-te sempre à subalternidade que em geral caracteriza as preocupações provincianas. Todas as celebridades que vieram ao Brasil subiram ao teu proscênio, que o senso artístico da tua platéia lhes tornou obrigatório. Porque sempre menos te orgulhaste de opulenta que de culta, tu, que ao transitório diadema de Princesa do Oeste sempre preferiste o de mãe de Carlos Gomes.

Deus te guarde, Campinas ! Nascida à orla da mata, ao rumor dos índios e das feras, se não foste a primeira foste a que melhor soube escutar-lhe as virgens e selvagens harmonias. Grande ouvido das selvas, reservava-te a Providência a glória de dar-lhes um novo Orfeu. O ecos da vida vegetal rebentando na violência dos trópicos, as sinfonias do mundo do tacape e da flecha, da suçuarana e do tapir, do tanoeiro e da araponga, a acústica dum mundo cujas lendas juntaram ao terror milenário da floresta um novo arrepio, todo esse vozear informe da vida americana no berço precisava de um tímpano, antes de encontrar uma orquestra. Tu foste este tímpano, Campinas.

Todas as vozes do Brasil selvagem chegaram a ti, em revoadas iguais às das tuas andorinhas, para de ti partirem de novo para os quatro pontos do espaço. Rebates de inúbia e clamores de pocema. Cicios de folhagem e queda de troncos. Fluir de arroios e pipocar de criciúmas queimadas. Pios de aves e uivos de feras. Bisbilhos de olhos d'água e estrondar de cataratas. Borborinhos de monções e estrupidos de tropas. Trons de bacamartes e alarido de tribos. Toda a nossa natureza inédita e brutescas, violada pelo Descobridor, coube nalma de Carlos Gomes.

Desde então cada vez que irrompe duma orquestra a protofonia do Guarani, ali há alguma coisa mais do que a fuga, o contraponto e a harmonia, a serviço do engenho humano. A torrente melódica vem de origens mais profundas que as da própria inspiração. Nasce das entranhas da terra. Crispa-se dos raios do sol que iluminou o Desbravamento. Precipita-se com o arranque de São Paulo ao configurar o Brasil. Amplia-se como a epopéia da Conquista. Dá pulmões às nossas florestas, aos nossos rios, aos nossos instintos, às nossas almas.

Foi para isso, Campinas, que nasceste à orilha da mata, ressoante de sonoridades estranhas e cortada de silêncios augurais. Tinhas de ser a voz do Brasil.

Ouves ? Na batuta do teu maestro está fulgurando a electricidade cósmica da raça e da terra. É o milagre do fio de cobre que transmite a energia das represas distantes. No ímpeto com que rompem as cordas e os metais, há o pulo da onça e o bramido indomável de independência que é o signo da raça.

O intróito do Guarani é o teu hino sagrado, Campinas. Não invejes Beethoven ou Wagner. Não imaginas o que ele encerra. É uma afirmação do passado. É um protesto do presente. É um apelo ao futuro. Faz da sua audição um culto cívico. Alimenta da sua violência orgênica o subconsciente de teus filhos. Executa-o nas tuas noites estreladas, quando os namorados espirecem em torno dos coretos dos teus jardins, para que a poesia dos instintos e os mistérios do coração se embebam nas suas harmonias. Adota-o como a marcha nupcial dos teus filhos. Bebe por ele o vinho da imortalidade na raça e na terra.

Não desanimes com o teu hoje, Campinas !

Certo ano em que as tuas andorinhas ermaram da sua presença os teus horizontes, houve quem as desse por desaparecidas de vez, para mais facilmente apossar-se do lendário casarão que lhes serve de abrigo. Mas no papel que requeria o arrendamento do andorinhal, o teu Prefeito despachou: Não há que deferir; as andorinhas voltam ! E voltaram.

Mira-te neste exemplo, Campinas !

Não creias que seja definitivo o exílio da legalidade e da justiça, hoje expulsas do teu seio. Elas voltarão, como as tuas andorinhas voltaram.

Deus te guarde, Campinas, que não descrês do amanhã justiciero !

Ergue a fronte, Campinas ! Se não resta em teus altares uma toalha de linho em que deixes a Verônica do teu rosto ensangüentado, vem buscá-la neste cárcere. Sobre a luz baça a cujo reflexo este papel te busca retratar a efígie dolorosa, brilha o raio distante da estrela da Manhã.

Deus te guarde, Campinas ! Ergue a fronte, Campinas, efígie de uma raça, símbolo de uma crucificação, emblema duma resistência que anuncia para hoje ou para amanhã, por sobre as humilhações, por sobre as desilusões, por sobre quem sabe até as traições, o dia infalível da desafrenta, da vitória e da ressurreição.

Deus te guarde, Campinas !”

O conhecimento da obra de Batista Pereira que me foi propiciado pelos três livros de que até agora cuidei, levou-me a saber alguma coisa de sua vida e de sua obra anterior: seu nascimento em Pelotas, sua vinda para São Paulo, sua formatura na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, à qual foi sempre muito vinculado, sua passagem por Campinas, onde concorreu com Coelho Neto em famoso concurso para provimento da Cadeira de Literatura do Ginásio do Estado, a atividade jornalística na capital paulista, especialmente no “Comércio de São Paulo”, no qual publicou, entre tantas páginas brilhantes, o magnífico ensaio sobre Eduardo Prado, tirado em volume em 1902; o início de sua carreira pública, o ingresso na diplomacia, a participação, como secretário de Rui Barbosa, na delegação brasileira à Conferência de Haia, sua vida na Europa, onde se relacionou com expressivas figuras da cultura, das letras e das artes, seu ingresso na família de Rui Barbosa, de quem se tornou genro, a dedicação sem limites com que se consagrou ao grande brasileiro, especialmente após o seu falecimento em 1923, quando passou a falar e a escrever sobre ele, em conferências memoráveis, o caso da Curadoria, que lhe propiciou escrever verdadeira autobiografia; a campanha “pela redenção do Rio Grande do Sul” e tantos outros momentos, marcos miliares de uma carreira gloriosa.

Américo Jacobina Lacombe, no prefácio a uma nova edição de **Figuras do Império e Outros Ensaios**, lembra que, em Haia, coube a Batista Pereira uma missão de muita responsabilidade e assaz recomendada pelo Barão do Rio Branco: desfazer a má-vontade de William Stead (no momento uma influência decisiva na opinião pública mundial) em relação a Rui Barbosa. Tão bem se saiu Batista Pereira dessa incumbência que o resultado foi não só a aproximação das duas grandes (talvez as duas maiores) figuras da Conferência, mas a conversão de William Stead num fervoroso admirador de Rui, sobre quem acabou escrevendo numerosos artigos reunidos posteriormente em livro.

Da década de '20 são trabalhos expressivos: **Rui estudante**, conferência proferida a convite do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito de São Paulo, a 5 de novembro de 1924, peça importante para a biografia da mocidade de Rui e que repassa desde seu mestre de primeiras letras, Antônio Gentil Ibirapitanga, depois o Colégio Abílio, que em seu tempo foi o primeiro dos nossos estabelecimentos de ensino, a permanência no Recife em 1866/1867 e a vinda para São Paulo em

1868; documento precioso igualmente para as primeiras manifestações literárias de Rui quando ainda estudante das Arcadas, especialmente suas poesias, muitas das quais inspiradas em episódios da Guerra do Paraguai; **Civilização contra Barbárie**, originalmente uma conferência proferida na Faculdade de Direito de Belo Horizonte em 15 de abril de 1928, trata das relações do Brasil com as nações do Prata e tem preocupações revisionistas em torno de nossa história diplomática; **O Brasil e a Raça**, conferência na Faculdade de Direito de São Paulo em 19 de junho de 1928, precioso testemunho de crença no Brasil, no qual se afirma, entre outras cousas, a unidade da espécie, a inuidade do preconceito de raça, a impotência da antropologia e da etnologia na discriminação dos caracteres individuais e na determinação de superioridade ou inferioridade, os limites conjecturais dos povoamentos e migrações primitivas, a falência do gobinismo e da superioridade nórdica, a indiscutibilidade da mestiçagem em todos os povos, a influência e a penetração do sangue negro em todas as civilizações, a caracterização afro-européia da civilização grega e da latina que lhe sucedeu, o recente da hegemonia branca, o papel de Portugal como agente determinado dessa hegemonia e, finalmente, a improcedência das acusações que se fazem ao Brasil de não ter as qualidades que se requerem aos vanguardeiros da civilização, por ser o habitat de uma raça deteriorada pelo afluxo de sangues inferiores; na mesma linha se insere a **Formação Espiritual do Brasil** (1930), que Américo Jacobina Lacombe informa ter sido escrito para servir de introdução a uma obra de Rui Barbosa, sem mencionar, entretanto, qual seria; há evidentemente em **Formação Espiritual do Brasil** pontos que o próprio Batista Pereira, estou certo, reescreveria se tivesse oportunidade de reestudar o assunto, como os capítulos sobre Lutero, sobre Pombal, sobre Feijó e sobre a própria posição de Rui com referência ao prefácio de **O Papa e o Concílio**. Todos estes três livros e mais **Brasilidade**, discurso proferido numa homenagem que lhe foi prestada no Automóvel Clube de São Paulo em 16 de setembro de 1928, foram reunidos para formar o volume **Pelo Brasil Maior**, nº 21, da Coleção "Brasiliána", publicado em 1934.

Do mesmo ano de 1934 é outro grande empreendimento de Batista Pereira: a "Revista Brasileira", da qual nove números foram publicados. O nome "Revista Brasileira", é de muita significação em nossa vida cultural, especialmente literária. Fundada em 1857, em substituição à revista "Guanabara", circulou até 1861, com apenas onze números; era dirigida pelo Conselheiro Cândido Batista de Oliveira, contou sempre com a proteção de D. Pedro II e estampou colaborações de Fernandes Pinheiro, Freire Alemão, Joaquim Norberto e Porto Alegre, entre outros. Ressurgiu em 1879, na forma de quinzenário, circulando até 1881, colaborando em suas páginas a nata da intelectualidade da época, inclusive Sílvio Romero, Araripe Júnior, José Veríssimo e Machado de Assis; ressurgiu mais uma vez no fim do século, sob a direção de José Veríssimo. Batista Pereira foi

buscar para a revista que idealizou em 1934 o mesmo nome da tradicional publicação, assinalando-a como “quarta fase”. Só que nesta fase a “Revista Brasileira” diferia substancialmente das fases anteriores, todas de tendência acentuadamente literária; apresentava-se a nova revista como “síntese do momento contemporâneo” e tinha como redator Rui Barbosa Batista Pereira e como secretário Samuel Wainer, o grande jornalista cujo recente falecimento abriu insanável claro no jornalismo brasileiro; constava de diversas seções: Política Interna, Política Externa, Economia, Arte etc., pretendendo ser, como o subtítulo o indicava, uma “síntese do momento contemporâneo”, à qual não faltava excelente colaboração brasileira e estrangeira. Assemelhava-se muito a “Le Mois”, famosa revista francesa daquela época, de tanta penetração no Brasil. Pretendia Batista Pereira que cada volume da sua “Revista Brasileira” publicasse um livro completo, obviamente um livro de pequenas dimensões. E começou justamente com a reedição de uma obra de sua própria autoria: **O Brasil e o Anti-Semitismo**, publicada originalmente em 1932 pela Editora Guanabara. Trata-se de um libelo, talvez o mais incisivo de quantos se escreveram no Brasil, sugerido pelas perseguições aos judeus ocorridas com a ascensão do nazismo na Alemanha; porém inicia-se o livro recordando o famoso “Affaire Dreyfus”, pelo qual Rui Barbosa tanto se interessou, como é sabido. A tônica do livro vem nas suas palavras iniciais: “Quem terá razão? Seremos nós que acreditamos no Direito? Serão os outros que só acreditam na força?” E adiante: “Tristes de nós, triste do Brasil, triste do nosso continente, se num momento destes, em que o mundo ameaça volver à bruteza primitiva, levados por mesquinhas considerações de interesse ou conveniência, esquecêssemos o princípio que é a raiz e a condição de toda a civilização, esquecêssemos que o maior dever da humanidade é ser humana”.

Outros livros publicados pela “Revista Brasileira”: no volume segundo, o memorial do General Bertoldo Klinger, de tanto interesse para a história da Revolução Constitucionalista de 1932, inédito que o ilustre militar redigiu no exílio, confiando a Batista Pereira assim que retornou ao Brasil. Quanto à natureza do trabalho, é o próprio Batista Pereira quem adverte no prefácio: “Este memorial compõe-se de respostas a uma série de quesitos. Foi o senhor Moacir Barbosa Ferraz, dedicado auxiliar de Klinger durante a guerra e seu companheiro de exílio, que os redigiu. O seu intuito era apanhar, ainda quentes e vívidas, as recordações do grande chefe das forças revolucionárias. Conseguiu-o. Prestou um grande serviço à nossa História. O memorial fixa com raro relevo e energia todas as etapas da gloriosa epopéia. É um documento indispensável à sua história.”

Em seu terceiro volume, estampou a “Revista Brasileira” um dos mais interessantes — e praticamente desconhecidos — relatos de viajantes estrangeiros no Brasil: o do jovem diplomata Henri Allizé, “nome de certa projeção da diplomacia francesa”, segundo explica Batista Pereira.

Nunca serviu no Brasil. Apenas aqui esteve a passeio, em 1886. Nessa visita observou muita coisa interessante que reuniu no pequeno livro nunca publicado na língua original. Sua primeira e única publicação, em tradução do Conde de Funchal, deve-se, pois, a Batista Pereira, com o título de **Impressões de um jovem diplomata no Brasil**, título que, certamente, corre por conta do tradutor ou do editor. O curioso é que, embora tenha sido, no dizer de Batista Pereira, “um nome de certa projeção da diplomacia francesa”, nada consegui encontrar sobre ele nas muitas enciclopédias e dicionários franceses que consultei. O que dele conheço é o que figura no prefácio, aliás bem extenso e informativo, do Conde de Funchal, que o acompanha até 1924, época em que se aposentou do serviço diplomático. Assim, graças à publicação desse precioso relato, Batista Pereira e sua “Revista Brasileira” associaram-se à literatura dos viajantes estrangeiros no Brasil, assunto sobre o qual no momento preparo um livro, razão pela qual me é grato registrar esta contribuição de nosso homenageado.

Peço licença para recuar dez anos, a 1923, quando Batista Pereira publica seu mais tremendo libelo político, sugerido pela situação de seu Estado natal, dominado havia mais de trinta anos pelo castilhismo e pelo borgismo. Trata-se de libelo acusatório de uma situação, por vezes excessivamente apaixonado, como soem ser todos os libelos. Intitula-se **Pela Redenção do Rio Grande**, e reúne conferências proferidas no Rio, em Outro Preto, Belo Horizonte, Santos e São Paulo, de 27 de abril a 10 de junho de 1923. Encerra, como já se disse, veemente crítica à política de Borges de Medeiros e à própria Constituição Positivista (ou melhor, Castilhistas) do Rio Grande do Sul. Nessa mesma linha, insere-se também a conferência **Pelotas e seu destino**, proferida no Teatro Guarani de sua cidade natal, a 22 de março de 1924, e que poderia ter sido incluída no volume citado. Mais uma vez inspirou-se em Rui, pois encontrou entre os seus papéis o rascunho de um parecer que o grande jurista pretendia escrever sobre a situação política do Rio Grande do Sul. “Só chegou a escrevê-lo pela metade, mas — diz Batista Pereira — o bastante para dar a conhecer sua opinião. Tomei-o como o legado supremo de Rui, como um brado de além-túmulo em prol da liberdade rio-grandense”. A essa motivação ruiana acrescenta-se outra não menos importante: o seu gauchismo. É ele quem o diz: “Todo o meu fundo ancestral veio à tona nessa erupção de patriotismo e revolta. É o sangue rio-grandense que flameja atavicamente nesse longo brado de desespero e protesto. É o sangue gaúcho que arde ante o aviltamento da gleba dos seus maiores”. Por isso mesmo, dedica o livro ao pai, José Batista Pereira.

O quadro que nos pinta de um Rio Grande do Sul exigindo “redenção” é assaz trágico: “Há trinta e cinco anos que o Brasil tem um Estado que é a negação da República: o Rio Grande do Sul. Lá não há regime federativo: o Rio Grande não é autônomo, é soberano. Lá não há

poder judiciário, poder legislativo, poder executivo: o presidente enfeixa os três na sua mão. Lá não governa o povo: o presidente é quem se elege e acaba de se eleger pela quinta vez. Lá não há códigos: é o presidente quem faz e promulga todas as leis. Lá não há separação entre Igreja e Estado: há uma seita positivista, que substitui os mandamentos do Nazareno pelos de Comte. Lá não há República: existe uma autocracia vitalícia que de República só tem o rótulo”.

Seu livro foi saudado com os maiores encômios. Assis Brasil viu nele um libelo tremendo; Alfredo Pujol, um “magnífico trabalho”; seu amigo o grande euclidiano Francisco Escobar, convenceu-se, com a leitura dessas conferências, de que a Batista Pereira estava reservada a tarefa de continuar a obra de Rui Barbosa, acrescentando mesmo que “lendo-as é como se a gente visse nelas, ressurrecto, o próprio espírito de Rui”; Alberto Faria considerou-as “faíscas de um bela inteligência que desabrocha para o Brasil, fazendo lembrar Rui na campanha civilista”; Francisco Pati, por essas mesmas conferências, julgou-o a “mais brilhante figura da oratória brasileira” e enumera as qualidades que o levaram a pensar dessa maneira: pureza de linguagem, eloquência de frase, precisão dos argumentos, segurança dos raciocínios, colorido das descrições, brilho das parábolas, sinceridade das afirmações etc., e concluía dizendo que “as antologias recolherão muitos trechos de suas conferências, que são obras-primas de estilo, imaginação e poesia”; Plínio Barreto dizia não saber como é que, “tendo aquele vulcão de idéias na cabeça”, conseguiu “conter as lavas durante tanto tempo no silêncio e na sombra”; Clóvis Bevilacqua ressaltava sua “tão sólida cultura jurídica como literária”, enquanto Rocha Pombo, mais sintético que todos, dizia ser Batista Pereira “o milagre daqueles dias”. A aproximação com Rui era inevitável, pois fazia apenas meses que se dera seu falecimento: tanto assim, que Raul Soares, seu antigo companheiro de Campinas e de São Paulo e no momento Presidente de Minas Gerais, sugeria que a Batista Pereira caberia suceder ao sogro na Academia Brasileira, e o gaúcho Múcio Teixeira avançava que podia morrer tranqüilo, porque, agora, o Rio Grande do Sul também tem o seu Rui...

Finalmente, uma palavra sobre a última obra de fôlego levada a efeito por Batista Pereira: a reconstituição histórica de São Paulo no século XVI, certamente seu mais importante trabalho de pesquisa histórica, sugestivamente intitulado **A Cidade de Anchieta**. Foi elaborado para um concurso de monografias históricas promovido em 1936 pelo então recém-criado Departamento de Cultura da municipalidade paulistana, obtendo a terceira classificação, cabendo as duas primeiras ao historiador português Padre Serafim Leite, com a monografia “Os Jesuítas na Vila de São Paulo” e a segunda a Afonso de Taunay, com a extensa “Guerra dos Bárbaros”. As três monografias premiadas foram publicadas pela “Revista do Arquivo Municipal”, encontrando-se a de Batista Pereira em o nº 23, de maio de

1936, da excelente revista então dirigida por Mário de Andrade. Trata-se de extenso trabalho de mais de 120 páginas, no qual se reflete todo o interesse e dedicação de seu autor pela história paulista e toda a sua capacidade de pesquisa. Tem sido discutido e até contraditado em alguns pontos por outros estudiosos do passado de nossa terra, o que lhe não o invalida. Tanto assim, que a Comissão Promotora do Centenário de Batista Pereira, ao preparar uma seleção de seus escritos que brevemente será publicada, houve por bem recomendar a reedição integral de **A Cidade de Anchieta**. Todos nós sabemos as dificuldades que oferece à pesquisa histórica o trabalho de reconstituição de uma época já tão longínqua, pela escassez e, às vezes, até carência total de fontes. Que o digam os mestres do passado, a começar por Orville Derby, Teodoro Sampaio e Gentil de Assis Moura, que tentaram reconstituir, por exemplo, os roteiros das bandeiras paulistas ou a paisagem primitiva dos campos de Piratininga. Por tudo isto é que o trabalho de Batista Pereira, em que pese a alguns pontos que, de fato, não resistem a uma crítica mais cuidadosa, representa peça indispensável ao conhecimento do passado paulistano, título imprescindível em nossa bibliografia histórica.

Eis, meus nobres ouvintes, apresentada de maneira um tanto desalinhada, com avanços e recuos no tempo, a obra do ensaísta e historiador, cujo centenário de nascimento hoje comemoramos. Não é trabalho completo, pois sobre ela muito e melhor certamente poderia ser dito, se outro fosse o conferencista. Mas creio, o que ficou dito pode dar idéia do valor de sua contribuição para a nossa bibliografia histórica e ensaística. Sinto-me profundamente sensibilizado pela oportunidade que me foi dada de falar nesta noite. Enquanto preparava esta conferência, ocorria-me a todo o instante à lembrança aquela sacolejante viagem num vagão de segunda classe da Central do Brasil, há quase meio século, quando pela primeira vez lia um livro de Batista Pereira. Quando poderia imaginar que, um dia, quase cinqüenta anos depois, a mim caberia falar na comemoração do centenário do nascimento daquele vulto em cuja obra apenas me iniciava. Coisas do destino, como se diria... Em todos os seus livros, desde o ensaio sobre Eduardo Prado até a "Cidade de Anchieta", cobrindo um período de quase quarenta anos, há uma dominante, há uma preocupação fundamental, há um objetivo a alcançar, há um programa, por assim dizer, e que podem ser sintetizados no título que deu a um dos seus livros PELO BRASIL MAIOR.

ANTÔNIO BATISTA PEREIRA
AMIGO INCONDICIONAL DE SÃO PAULO

A. C. Pacheco e Silva

Um Paulista de Adoção

Nascido no Rio Grande do Sul, Baptista Pereira era ainda adolescente quando se mudou para São Paulo, em companhia de seus pais.

Radicou-se rapidamente em o nosso meio, manifestando logo grande apego pela nossa terra, e particular afeição pelos paulistas, fazendo aqui numerosas amizades, que conservou durante toda a sua vida.

Cursou, com brilhantismo, a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, destacando-se entre os seus colegas pela sua precocidade, inteligência peregrina, amor aos estudos e dedicação às letras.

Quando estudante, colaborou ele no jornal "Comércio de São Paulo", dirigido por Eduardo Prado, de quem foi grande amigo.

Ledor infatigável, dotado de prodigiosa e fidelíssima memória, era capaz de reproduzir trechos inteiros dos nossos clássicos, que conhecia a fundo.

O seu amor às letras levou-o a inscrever-se no Concurso de Literatura, aberto no Ginásio Oficial de Campinas. Foram seus competidores — Coelho Neto e Alberto Faria, figuras de grande projeção nacional, ao passo que não passava ele de um jovem recém-formado, desconhecido e sem maiores credenciais. A banca examinadora habilitou os três candidatos, classificando Coelho Neto em primeiro lugar, e, em 2º lugar, conjuntamente, isto é, empatados, Alberto Faria e Baptista Pereira. Conquanto não tivesse obtido o primeiro lugar, o nome do mais jovem dos candidatos projetou-se no cenário cultural brasileiro, como o de uma grande esperança das letras pátrias, pelo talento e cultura, que demonstrou em todas as provas.

Sentindo marcada vocação para o magistério, Baptista Pereira ingressa no corpo docente do Ginásio São Bento. É nomeado, logo depois, Promotor Público em São Paulo. A sua passagem pelo Ministério Público ficou assinalada, na história do foro paulista, pelos seus dotes oratórios, conhecimentos jurídicos e estupenda capacidade de argumentação ao travar, no júri, debates com advogados de grande renome nos auditórios de São Paulo, entre os quais Brasília Machado e Capote Valente.

Um amigo de mais de meio século

Tive a ventura de conhecer Baptista Pereira, em Paris, quando era eu ainda menino, em 1907, em casa do meu tio Gabriel de Toledo Piza

e Almeida, então Ministro Plenipotenciário do Brasil na França, onde me encontrava hospedado, em companhia de meus saudosos pais.

Meses depois, ao regressar da Europa, um dos nossos companheiros de viagem foi Baptista Pereira, que se fizera amigo de meu pai, com quem conversava longamente durante a viagem sobre assuntos históricos, de que ambos eram cultores apaixonados.

Iniciava então o jovem patricio a sua carreira diplomática, indicado que fora pelo Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores, para servir de secretário de Rui Barbosa, na II Conferência da Paz, em Haia, onde o chefe da nossa representação teve tão destacada atuação, apontado que foi como "Águia de Haia".

Insinuante, extremamente simpático, comunicativo, bem educado e de maneiras distintas, o Secretário de Rui não tardou a ingressar em sua família, casando-se com a primogênita do grande brasileiro D. Maria Adélia. Isso o levou a abandonar a diplomacia e ingressar no Ministério Público, no propósito de residir no Rio, e viver sob o mesmo teto do sogro, que se encontrava, no momento, no apogeu da glória e necessitar da cooperação do genro, que julgava indispensável.

Conquanto ausente, Baptista Pereira não deixava de entreter correspondência assídua com os seus amigos de São Paulo, onde vinha sempre que se lhe oferecia oportunidade, não se cansando de louvar o espírito progressista dos paulistas.

Muitos anos depois de o ter conhecido em Paris, já formado em Medicina, tive eu outros encontros com Baptista Pereira, estreitando as nossas relações de amizade. Passei a ter por ele grande afeição, além de lhe admirar a rara inteligência, prodigiosa memória, acendrado espírito cívico, incomparável cultura e encantadora prosa. Conquanto bacharel em Direito, revelava, o meu grande amigo, interesse pela Medicina e excepcionais conhecimentos de Biologia, discorrendo, com grande desembaraço e erudição, sobre as teorias de Darwin, então muito em voga, o que me levou a dele aproximar-me ainda mais.

Em 1932, participei ativamente da Revolução Constitucionalista. Terminada a luta, fui preso e recolhido à Sala da Capela, na Casa de Detenção, no Rio de Janeiro, onde já se encontravam várias outras pessoas, por se terem manifestado e trabalhado a favor de São Paulo.

Ouçõ então falar, com grande entusiasmo, pelos presentes, de Baptista Pereira, que ali estivera, pouco antes, também preso, pela sua destacada atuação em favor dos paulistas. Embora detido, continuou porém, o grande amigo de São Paulo, a lutar, denodadamente pela vitória dos constitucionalistas.

Disse ele próprio, em seu estilo escurto e inconfundível, o porquê de sua decisão inabalável: "Fui por São Paulo. Tudo me aconse-

lhava o contrário. Se escutasse a voz do interesse, nada mais fácil do que ajeitar-me. Conto, quando não com a amizade, com simpatias entre alguns dos mais fortes esteios da Ditadura. A química das adesões tem tal riqueza de matizes, gradações de cambiantes tão imperceptíveis, que as mais abstrusas abdições da personalidade se podem facilmente corar da tintura do interesse público e do patriotismo. É só uma questão de estômago.

Fui por São Paulo. Ardente e impulsivamente. Tenho pelo mais sagrado dos deveres o da gratidão. E devo a São Paulo o túmulo de meu pai e o berço de minha mãe.

Por vinte anos a fio meus pulmões respiraram somente os ares piratinianos. Paulistas são os meus companheiros de adolescência e juventude, o que quer dizer paulistas são os meus melhores amigos". Fui por São Paulo. Não poderia deixar de o ser. O lábaro de São Paulo era a constitucionalização do país. Aos 5 de novembro de 1931, na Faculdade de Direito, eu já o reclamara, com a conservação do estatuto de 24 de fevereiro, modificado de acordo com o tempo, mas mantido no arcabouço.

Maravilhoso trabalho de inteligência e descortino, não há outro que se lhe compare nas linhas mestras e na ductibilidade da forma aberta, a todas as melhorias e modificações, sem perigo de descambar em experiência, reformas e novidades imprudentes e perigosas. Imputam-lhe é verdade todos os males e vícios do regime deposto. Não há constituição boa quando os que a executam querem ser deliberadamente maus".

A prisão

Fácil é de se imaginar a sorte reservada ao grande defensor de São Paulo, que não perdia vaza, empolgado na defesa da Democracia, para lutar e ajudar os revolucionários de 32. Seria fatalmente preso, pela sua conduta diametralmente oposta à Ditadura de Getúlio Vargas, que combatia com todas as suas forças.

Vejamos como se referia ele à sua prisão, em linguagem pitoresca e repassada de orgulho, por ter sido a favor dos paulistas: "Fui preso à porta da Câmara dos Deputados, após uma sessão do Tribunal Regional Eleitoral.

Avisado de que um Secreta me estava esperando, fácil me seria burlar-lhe a vigilância e pôr-me a bom recato. Mas não via vantagens. Estava vivendo uma vida de fera acuada. Dormia sistematicamente fora de casa, em lugares diversos. Já não podia mais. Era melhor tirar a limpo de uma vez por todas a minha situação.

Desci a escadaria central com toda a calma. Acercou-se-me um rapaz moço e cortês, que caiu das nuvens quando, à sua primeira pergunta sobre a minha identidade, lhe retruquei: "E o senhor é da polícia e vem convidar-me para um passeio até lá, não é ?

Não podia o meu galfarro atinar como fora pressentido e descoberto. Usou de forma clássica: “O Capitão Dulcídio quer ter uma palavrinha consigo... Para informações”.

Ri-me e tomei o automóvel com ele. Só tenho que louvar-me da sua cortesia e gentileza. Prontificou-se a levar-me ao meu escritório, esperando o tempo que me conviesse. Aconselhou-me a prevenir a família, porque “às vezes essas cousas demoravam dois ou três dias”. Pôs-me à minha disposição para levar-me à casa de qualquer amigo, onde me fosse mister ir. Nada me seria mais fácil do que desaparecer, se me utilizasse desse convite. Repugnava-me porém deixar mal o meu aprisionador, abusando-lhe da confiança. Fui diretamente do escritório para a Polícia Central. Lá me puseram numa sala transformada em prisão, onde havia uma dúzia de camas. Ali se achavam Assis Chateaubriand, Waldemar Loureiro, o Tenente Ávila e mais duas ou três pessoas que não conhecia.

Ao cabo de duas horas um policial áspero convidou-me a acompanhá-lo. Pensei que a presença de qualquer autoridade me interrogasse. Engano. Descemos a escadaria e rumamos de automóvel para a Rua Frei Caneca.

Dentro de dez minutos estava eu na Sala da Capela, entre quarenta e tantos pijamas. Era o uniforme dos presos. Dentro de três horas era o meu também”.

Este depoimento de Baptista Pereira, das circunstâncias em que foi preso, traduz bem o seu caráter reto e a bonomia com que recebeu a ordem de prisão, sem procurar a ela se furtar para não comprometer o encarregado de detê-lo, que se mostrara tão cortês e solícito.

O Diário da Capela

Preso o defensor impertérrito de São Paulo, não se conformava em permanecer inativo, contrariando o seu temperamento irrequieto e combativo, empenhado que estava em continuar a trabalhar pela vitória dos paulistas. Eis como relatou ele o que então ocorreu: “Encarei friamente a hipótese de ser muito prolongada a minha detenção. Como aproveitá-la? Lendo? Estudando? Não me bastava. Isso eu o fazia mecanicamente desde que me conheço: o livro tornara-se-me uma segunda natureza. Nunca passara um dia sem tê-lo na mão ao menos por duas horas, mesmo quando aos outros parecesse impossível que, absorvido por outras preocupações, achasse tempo para tal.

Resolvi então fundar um jornalzinho na prisão. Seria o meio de não desperdiçar o tempo e manter acesa a fâmula da resistência moral. A palavra é a arma dos livres. Alcança mais que o fuzil, a metralhadora e o canhão. Tem o estranho poder de desarmá-los e volvê-los contra os seus próprios donos. Quem não crê na palavra não crê no futuro e é indigno de

viver. Eu conferia à palavra o meu protesto. De nada valia então. Mas eu o entregaria aos ecos do futuro.

Procurei desde logo organizar o jornalzinho, reunindo os elementos capazes de compô-lo e redigi-lo. Não me faltaram. E ao dia seguinte da minha prisão já saía o primeiro número do “Diário da Capela”.

Resolvi publicar tudo que me dessem os companheiros. Não era ocasião de exigência literária ou de qualquer natureza. Reservei-me a redação do artigo de fundo e de alguns tópicos, quer sobre assunto do dia, quer sobre os eternos princípios da liberdade e do direito, de cuja falta em nossa pátria estávamos sentindo tão duramente as conseqüências”.

O jornalzinho ganhou logo corpo, lido que era, avidamente, pelos presos da Sala da Capela, que se encarregavam de distribuí-lo entre os visitantes. Dessa forma, grande parte da população do Rio de Janeiro, quase toda ela favorável a São Paulo, dele tomou conhecimento, passando-o de mão em mão.

Na introdução do seu livro “Sala da Capela”, Baptista Pereira reproduziu os textos do jornal por ele elaborado na prisão. Nele fui buscar grande parte do material utilizado na redação deste trabalho. Ali vem relatado, como funcionavam a publicação e a distribuição clandestina do referido jornal, logrando burlar a vigilância severa da Ditadura: “Recebíamos mensagens, não só do pavilhão fronteiro ao nosso, como ainda dos morros circunvizinhos.

Depois progredimos. Conseguimos instalar um aparelho de rádio na própria prisão e conservá-lo desconhecido à quase totalidade dos próprios companheiros.

O serviço telegráfico do Diário da Capela era, sob certos aspectos, perfeito. Sabíamos diariamente todas as entradas de novos presos, os boatos correntes na cidade, as peripécias da guerra, o noticiário dos boletins espalhados pela cidade por um grupo de rapazes destemidos que a Polícia nunca conseguiu descobrir”.

Impressões da Sala da Capela

Os dias passados na “Sala da Capela”, a atmosfera de apreensões dos que lá se encontravam, na expectativa da vitória de São Paulo, calaram fundo no espírito de Baptista Pereira, como se depreende de suas palavras: “O tempo vai delindo da memória recordações desagradáveis. Quando penso na Sala da Capela, com suas vastas janelas raspadas sobre os pátios interiores, com as suas duas mesas de sarrafos e os seus dois renques de camas, vêm-me logo à memória os bons companheiros do Diário, vêm-me logo à memória alguns amigos que ali adquiri. Perdoei de há muito aos que me encarceraram pelo repouso que ali tive e pelos amigos que ali granjei. E é com emoção e saudade que penso na Sala da Capela.

Desde que foram permitidas as visitas, minha mulher e meus filhos iam invariavelmente passar comigo a hora curta que era concedida.

Apesar de muito preocupado com a minha situação e de muito apreensivo consegui sempre dominar os nervos e aparecer aos meus com uma face sempre serena e corajosa”.

Conta ele, a seguir, a funda impressão que lhe causou o fato de haver a sogra manifestado o desejo de enviar a aliança, que pertenceu a Ruy Barbosa, a São Paulo, a fim de ser entregue aos promotores da campanha do “Ouro para o bem de São Paulo”.

Nestas linhas admiráveis, Baptista Pereira deixou extravasar os seus delicados sentimentos, a sua incomensurável admiração pelo sogro, e a grande estima que devotava à sogra, que muito lhe queria. A significação expressiva do gesto desprendido da viúva de Ruy Barbosa, ao desfazer-se do seu bem mais precioso, em favor de São Paulo, não podia deixar de comovê-lo até as lágrimas, ante a grandeza desse ato sublime e incomparável. Invocou ele então a memória do grande Ruy, num momento decisivo, em que estavam em jogo os princípios liberais, pelos quais se batera denodadamente durante toda a vida o maior dos brasileiros em favor dos paulistas.

Impressionante coincidência

Ao falar da mulher paulista, cujo desempenho na Revolução de 32 foi espetacular sob todos os pontos de vista, comenta Baptista Pereira: “A mulher paulista (que assombro é a mulher paulista !), a mulher paulista entrou em cena. O espírito superficial, que se deixasse levar por aparências, não conhecesse o cerne da raça e não tivesse indulgência para com a natureza humana, a mesma em todos os pólos e latitudes, nas épocas normais, não poderia compreender a transfiguração, que de um momento para outro se operou no espírito, no coração e no caráter da mulher paulista. Todas as classes e todas as profissões comungaram no mesmo fervor de sacrifício e dedicação, desde a operária modesta ao grupo das estrelas da moda, desde a serviçal doméstica às princesas de salão.

Epidermes que nunca haviam conhecido o calor de um fogão improvisaram-se rancheiras de batalhões e sofriam por longas horas sem murmurar o martírio da lenha verde e molhada, cuja fumaça lhes arrancava lágrimas dos olhos; melindrosas assustadiças, cheias de não-me-toques e dengues, capazes de desmaiar ao contato de uma barata ou à vista de um camundongo, alinhavavam por oito dias um curso de enfermeira para acorrerem aos hospitais de sangue, e ali — por vezes debaixo de bombardeio — ajudarem as mais terríveis operações; mãos que só de nome conheciam a existência de agulha e do dedal começaram a não conhecer outra cousa na vida, curvadas dia e noite sobre a roupa dos soldados. Todas trabalham: todas cooperam; todas solicitam; todas dão; todas inventam; todas organizam. Graças a essa atividade de abelhas nada falta e tudo

sobra. Sobram as rações. Cada soldado recebe, além da ração cotidiana, uma lata com outra que, além da sobressalente, é também excelente. Faz frio, nas montanhas e nas trincheiras; aparecem às centenas os agasalhos e as mantas de lã, feitas a crochê. É preciso assistir às mulheres e filhos dos combatentes. Surgem de um momento para outras instituições que os põem ao abrigo da necessidade e do desconforto. Há uma formidável emulação de fazer mais, em contribuir mais, em sacrificar-se mais pela terra querida. Somem-se todos os interesses superficiais da vida e todo São Paulo rutila no esplendor de um heroísmo sobre-humano”.

Ao escrever estas palavras lapidares, estava o meu velho e saudoso amigo bem longe de imaginar que, ao traçar de forma magistral o perfil da mulher paulista, estava ele, inconscientemente, retratando a sua própria filha que, trinta e dois anos depois sofreria a transfiguração mais completa da mulher paulista: a Irmã Maria Ana de Lourdes f.m.m. (Lucilla Baptista Pereira), humilde, modesta e tímida Irmã de Caridade, que deixara a profissão médica para dedicar-se exclusivamente ao seu apostolado, a um tempo sagrado e humanitário, à cabeceira dos doentes.

Percebeu ela, porém, certo dia, que outra nobre missão lhe estava reservada — a de lutar contra a subversão e o comunismo que, em 1964, ameaçavam seriamente o Brasil, contrariando os princípios sagrados da religião católica. A neta de Ruy Barbosa, o maior dos nossos arautos das liberdades humanas: a filha de Antônio Baptista Pereira — grande escritor, patriota ardoroso e grande amigo de São Paulo — sai decididamente à rua, conclamando toda a multidão, à espera de um chamado, a acompanhá-la na marcha grandiosa e gloriosa, que constituiu um dos motivos mais decisivos no desencadeamento da Revolução de 64.

Há, por vezes, sem dúvida, no decurso da vida humana, notáveis e impressionantes coincidências. Esta, por exemplo, que acabamos de assinalar, a de um pai retratar, com antecedência de anos, o perfil da própria filha, é uma delas. Não teria porventura o espírito do inolvidável Rui, aliado ao civismo e amor a São Paulo, de Baptista Pereira, inspirado a Irmã Maria de Lourdes, quando esta, num arroubo de verdadeiro heroísmo, transforma-se subitamente em destemida condutora de homens, empenhada na causa sagrada da liberdade de sua Pátria ?

Eis aí uma interrogação que ainda paira sobre o nosso espírito, a exigir maiores explicações daqueles que se dedicam ao estudo da pre-municação.

*

*

*

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Aureliano, Liana Maria — No limiar da industrialização. São Paulo, Brasiliense, 1981. 138 pp.

Na sua forma original, o presente trabalho foi apresentado como tese de doutoramento na Universidade Estadual de Campinas e nela procura a autora analisar a conjuntura sócio-econômica que assinalou a década de 20 e as circunstâncias que conduziram o país ao “limiar da industrialização”. Observa, aliás acertadamente, que se o desenvolvimento brasileiro e latino-americano não podem ser pensados sem levar em conta o desenvolvimento do capitalismo mundial, também não é lícito tomar a história brasileira e latino-americana como mero reflexo do desenvolvimento do capitalismo internacional. “O capitalismo brasileiro é complexamente determinado pelo seu movimento interno e pela dinâmica do capitalismo mundial”. E é este movimento interno, sem dissociá-lo da “dinâmica” mundial, que a autora estuda nos três capítulos que constituem seu livro: 1. A crise da economia exportadora capitalista: a dinâmica da acumulação de capital entre 1919 e 1929; 2. A crise da economia exportadora capitalista: política econômica e a crise da hegemonia cafeeira; e 3. Estado e Industrialização, com enfoque especial para o período 1930 a 1937. ONM (Cortesia da editora.)

Damante, Hélio — Folclore brasileiro: São Paulo. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Folclore, 1980. 80 pp.

A Hélio Damante, já conhecido por diversos trabalhos de interesse para a história paulista, coube escrever o volume sobre nosso Estado, da série “Folclore Brasileiro”, editada pelo Instituto Nacional do Folclore, órgão do Ministério da Educação e Cultura. Este volume sobre São Paulo é o décimo primeiro da série. Não conhecemos os outros. Mas se foram elaborados com o mesmo critério e a mesma preocupação deste a nós oferecido pelo preclaro confrade da Academia Paulista de História, só temos de cumprimentar o Instituto que os editou, uma vez que eles nos permitem conhecer praticamente o mapa folclórico do país. Hélio Damante, não fosse ele o historiador que conhecemos, não desvincula o folclore do quadro histórico e cultural em que ele se desenvolve. Para isto, o primeiro capítulo é a síntese da histó-

ria paulista, que conclui afirmando pela necessidade de não perder de vista a intensidade das mudanças ocorridas no processo histórico para a boa análise do folclore. Ao tratar dos “componentes culturais do folclore”, analisa criteriosamente a contribuição dos índios, dos jesuítas, dos europeus (portugueses e espanhóis), dos negros e dos colonos, ressaltando o interesse da cultura caipira paulista. A seguir, analisa pormenorizadamente os elementos fundamentais de nosso folclore: linguagem popular, literatura oral, danças, folguedos, cultos, arte e artesanato, culinária etc., complementando com um calendário das nossas festas tradicionais, bibliografia e ilustrações. Enfim, apresenta-nos Hélio Damante um **portrait** do povo paulista, como, aliás, escreveu na dedicatória com que nos ofereceu o volume. ONM (Cortesia do autor.)

Nóbrega, Humberto — As raízes das ciências da saúde na Paraíba. João Pessoa, Editora Universitária (UFPb), 1979. 372 pp. História da Faculdade de Medicina da Paraíba, 1º volume. João Pessoa, Editora Universitária (UFPb), 1980. 272 pp. e 1 caderno de 27 fotografias.

O autor vem-se dedicando ao cultivo da história da Medicina na Paraíba. Em 1978 publicou “Os pioneiros”, na “Revista da Academia Paraibana de Letras”. E com estes dois volumes, deu prosseguimento à tarefa encetada pelo médico paraibano, diretor da Assistência Pública, já falecido, que em 1945 inaugurou a história da Medicina em sua terra com o livro “Medicina na Paraíba. Flagrantes de sua evolução”, A União Editora, João Pessoa, PA.

“As raízes das ciências da saúde” versam menos sobre os primórdios e muito mais sobre os cultores. É alentada a parte biográfica, que se prolonga em dados curiosos. E a crônica da instalação da Faculdade de Medicina (“História da Faculdade”) desde aos mínimos pormenores.

A ausência de índices onomástico e de assuntos, e, ainda, a falta de uma relação bibliográfica ao final, dificultam o manuseio e o aproveitamento dos dois volumes, que não deixam de ser, entretanto, pelos temas abordados e pelas informações fornecidas, valiosa contribuição para o conhecimento do passado médico na Paraíba. São, por outro lado, alicerces para o erguimento da história da Medicina brasileira, que só pode ser levantada de forma completa através dos históricos parciais e regionais. E, infelizmente,

é quase nada o que se tem, nesse sentido. Daí o interesse desses dois livros de Humberto Nóbrega. As fotos do caderno incluído no final do relato sobre a Faculdade de Medicina, nada acrescentam, ou sugerem, e são perfeitamente dispensáveis. Nota de Lycurgo Santos Filho. (Cortesia do autor.)

Novaes, Israel Dias — *Papel de Jornal*. Apresentação e notícia de Domingos Carvalho da Silva. Brasília, 1980. 122 pp.

Sob o sugestivo título de **Papel de Jornal** o conhecido parlamentar, escritor e jornalista Israel Dias Novaes acaba de publicar excelente trabalho, no qual reúne uma seleção de artigos e crônicas, que durante decênios, escreveu para diversos jornais de São Paulo, Rio e Brasília.

Fez bem o ilustre Deputado ao enfeixar num livro os escritos literários que ao longo de tantos anos divulgou através de jornais e revistas, retirando-os assim da efemeridade do periodismo diário, para dar-lhes condição de vida mais longa e definitiva, através do volume. E agiu acertadamente, porque **Papel de Jornal** enfeixa primorosa coletânea literária, numa variedade enorme — crônicas, ensaios, biografias, entrevistas e reportagens — que bem merecem a perpetuidade do livro.

Trata-se de um conjunto homogêneo, em que os variados assuntos são focalizados com elevação e com arte, na linguagem fluente e precisa do jornalista. Sobreleva notar que, apesar da diversidade dos temas reunidos, nota-se que há, no fundo, um fio subjetivo que os liga, estabelecendo a unidade da obra: é o estilo admirável do cronista, que dá a este volume o sabor de esplêndida reportagem.

Conforme assinala Domingos Carvalho da Silva na apresentação, “foi na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco que o jovem estudante Israel Dias Novaes se iniciou no jornalismo e na política. Os alunos da Faculdade publicavam seus jornais cheios de poemas e de artigos veementes, e nesses órgãos Israel surgiu como crítico das letras e editorialista de temas públicos. Logo depois, ingressava no jornalismo profissional e no velho **Correio Paulistano** foi galgando todos os degraus da carreira, desde a simples entrevista até o então chamado artigo de fundo”.

Como se vê, tendo-se iniciado muito cedo nas lidas da Imprensa, encontrou ele, na tarimba do **Correio Paulistano** um campo excelente em que aprimorou seu estilo, tornando-se o jornalista emérito que admiramos. Daí o êxito que obteve na Impren-

sa, e daí também o sucesso deste **Papel de Jornal**, que é apenas uma pequena mostra de seu talento, mas expressiva, porque revela o escritor de pulso, até então conhecido como excelente periodista. Isto vem confirmar aquele conceito de Pedro Ferraz do Amaral — também emérito escritor e homem de Imprensa — de que não há uma linha divisória entre o escritor e o jornalista. Porque, afinal de contas, todo o bom jornalista é realmente um escritor.

A propósito, e recorrendo a fatos de nossa História, ocorre lembrar que Campos Sales, por exemplo, foi jornalista cintilante, mas abandonou a Imprensa logo que ingressou na política. Já Israel Dias Novaes, sem abandonar o jornalismo, entrou na política, filiando-se aos partidos de oposição e também aqui se projetou com brilhantismo, graças à destacada atuação que sempre teve. Na antiga UDN foi parlamentar dos mais atuantes e combativos e nesse campo ingrato saiu vitorioso, reelegendo-se sempre com votações consagradoras. E assim, viu-se conduzido à Câmara Federal, onde prossegue com a mesma diretriz destacada e independente.

“Mas a chama política não lhe queimou as asas literárias — observa Domingos Carvalho da Silva — nem a preocupação dos dramas humanos e sociais como bem mostra a publicação deste livro em que se associam e confabulam os temas literários e políticos, científicos e mesmo os de arte. Leiam-se nele, para confirmação do que afirmo, as páginas sobre Ferreira de Castro e Pablo Neruda, João Sampaio e Clemente Ferreira, Haya de La Torre e Flávio de Carvalho”. E mais adiante: “Para o mundo inteiro e em todas as latitudes estiveram sempre voltados os seus olhos, tanto os do irrequieto menino de Avaré, filho do serventuário Juca Novaes e de D. Judite Dias Novaes, como os do estudante do Largo de São Francisco, os do redator do **Correio Paulistano** e os do experimentado homem público”.

Assim é realmente e, além das belas páginas acima citadas, passam por este livro uma porção de vultos magistralmente focalizados, entre os quais Guilherme de Almeida, Mário de Andrade, Milton Campos, Faria Lima, Pedro de Toledo, Moacir Piza, Caio Dias Batista... Este diplomou-se com distinção pela Escola Politécnica, conquistando, assim, o ambicionado prêmio de viagem. Entrou na vida pública como Secretário da Viação, antes de completar seus 40 anos e, em pouco tempo, ganhava projeção nacional. Intitula-se **Um estranho destino** a crônica dedicada a este saudoso engenheiro. E Israel Dias Novaes, pinceladas rápidas, traça o perfil deste paulista

notável, “que teve um destino de meteoro; luziu intensamente em distintas oportunidades e logo se apagou”. Esta crônica muito me comoveu, porque conheci pessoalmente o jovem Caio, ainda em Itapetininga e ao tempo em que ele se iniciava na Politécnica. Era filho do abastado fazendeiro Cel. Pedro Dias Batista, chefe político de prestígio e Prefeito de Itapetininga, onde foi elemento de prol e benquisto de todos. Nasceu na terra de Júlio Prestes, Caio era o irmão mais moço de D. Judite, mãe de Israel Dias Novaes. Apesar desse parentesco, militaram ambos em partidos diferentes, o que, porém, jamais interferiu na grande amizade e admiração que houve entre si. Em suma, **Papel de Jornal** é um livro que agrada em cheio. Seu autor, que tem sido um cultor das tradições de São Paulo e da historiografia bandeirante, é o orador entusiasta que todos conhecem. Fundador e presidente da Academia Paulista de Jornalismo, pertence a diversas entidades, entre as quais a Ordem dos Velhos Jornalistas. Foi também o fundador do Conselho Estadual de Literatura. Autor de diversos outros ensaios literários, Israel Dias Novaes está de parabéns com o lançamento deste vitorioso **Papel de Jornal**. (Paulo da Silveira Santos, transcr. do “Diário Popular”, São Paulo, 18/1/1981.)

Reflexão. Revista quadrimestral do Instituto de Filosofia e Teologia da PUC, nº 19. Campinas, jan/abril 1981.

Este último número da conceituada **Reflexão** vem quase todo dedicado a Antonio Gramsci. E o próprio editorial explica a razão de ser: “Na verdade Gramsci não escreveu nenhum tratado de filosofia. Entretanto, revolucionou o próprio conceito de filosofia. A grande divulgação de suas obras no Brasil, nos últimos anos, obriga-nos a tomar parte no debate”. Eis o sumário da revista: “Gramsci, ideologia, aparelhos do Estado e intelectuais” (Sérgio Miceli), “A filosofia da práxis em Gramsci” (Júlio César Tadeu Barbosa), “A noção de bloco histórico” (Maria do Carmo Marangoni), “A educação nos escritos de Gramsci” (Betty Antunes de Oliveira), “Para uma visão sobre a filosofia crítica” (Zilah Xavier de Almeida), “Positivismo, repressão e educação” (João Francisco Regis de Moraes), “Educação e valores” (José Maria de Paiva), “Questionamentos filosóficos sobre o inconsciente: esboço para uma metafísica do inconsciente” (Luigino Valentini, “Problemas da terra vistos pela CNBB” (Carlos Roberto Soares, João Augusto Pezzuto, Márcio Roberto Pereira Tangerino e Pio José Braga). Crônicas, notas, resenhas completam o volume. ONM (Cortesia dos editores).

Reis, Paulo Pereira dos — As divisas municipais entre Guaratinguetá e Lorena. Taubaté, 1980. 192 pp.

A necessidade de dirimir uma questão de divisa entre dois municípios — Guaratinguetá e Lorena — propiciou ao historiador valeparaibano Paulo Pereira dos Reis elaborar excelente e bem fundamentada monografia, com base em documentação existente no Arquivo do Estado, nos arquivos municipais das duas cidades e em bibliotecas da Capital. Sua preocupação investigadora levou-o a examinar cuidadosamente os documentos cartográficos e ainda a excursionar pela raia dos dois municípios “para observar, pessoalmente, locais, cursos d’água e acidentes geográficos assinalados nas cartas consultadas”, ilustrando seu trabalho com numerosas fotografias e desenhos. Trabalho exaustivo, a que o autor se entregou inteiramente, “em busca da verdade, com plena isenção de ânimo, sempre preocupado em afirmar, sem circunlóquios, aquilo que pudesse comprovar com documentos oficiais que têm, por causa de suas origens, a chancela da idoneidade”. O livro traz prefácio de Raul de Andrada e Silva, condensando em poucas páginas a tese do autor e reconhecendo-lhe a “seriedade de um autêntico pesquisador e a sensibilidade de um apaixonado pela História”. Publicação nº 2 da série “Ensaio”, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Taubaté, dirigido por Nelson Pesciotta. ONM

Religião e Realidade, janeiro de 1980. Assis, Instituto de Letras, História e Psicologia.

Publicação do Grupo de Estudo da Religião da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, esta nova revista pretende estabelecer-se “como instrumento para ampliar e enriquecer o debate em torno dos temas que apresenta” e apresenta-se, ainda, “como uma esperança de encontrar eco para as questões que propõe, comprometendo-se na busca do diálogo sério e franco, em publicar todas as contestações recebidas, independentemente das posições de seus autores”. Contém este primeiro número: “A expansão da Umbanda em Marília” (Tanabe Mott), “A conversão nos Cursilhos de Cristandade” (B.M.Gil), “Visita à Reserva Indígena de Apucarana” (Marisa Zanirato), “O Candomblé em Presidente Prudente” (Paulo Antônio Beloni), “As ordens monásticas de Cluny e Cister na formação do Estado Português” (Sidnei Galli), “Uma perspectiva psicanalítica aplicada à religião” (Nivaldo Lopes) e “A Ação Imperial Patrianovista Brasileira e o Catolicismo na Primeira República” (Tereza Malatian Roy). Endereço para

contatos: Instituto de Letras, História e Psicologia da UNESP, Assis, SP; CEP 19800. (Cortesia dos editores).

Teses apresentadas ao II Congresso Nacional da Bíblia. Brasília, Sociedade Bíblica do Brasil, 1979. 218 pp.

Promovido pela Sociedade Bíblica do Brasil, realizou-se em dezembro de 1978, no Rio de Janeiro, o II Congresso Nacional da Bíblia. O presente volume reúne as teses apresentadas ao referido certame, e que foram: “Presença da hinologia bíblica na cultura musical”, de Henriqueta Rosa Fernandes Braga; “Transformações gramaticais no processo da tradução dinâmica da Bíblia com vistas ao Livro de Provérbios”, de Werner Kaschel; “Atualidade da Bíblia”, de Almir Santos; “Influência Cultural da Bíblia”, de Pedro Calmon; “A Bíblia e sua canonicidade”, de Manoel Porto Filho; “Escavações e pesquisas arqueológicas em Jerusalém”, de Milton Parnes; “Bíblia e Razão”, de Júlio Andrade Ferreira; “A presença do criador na formação do homem”, de Jair Pereira Ramalho; “Traduções em português e a Bíblia revista e atualizada”, de Rodolfo Garcia Nogueira; “Crítica textual do Novo Testamento”, de Waldyr Carvalho Luz; “Usos da Bíblia no ensino de português e do inglês”, de Francisco Gomes de Matos. Contém, ainda, o volume os discursos proferidos na abertura e no encerramento do Congresso, por Aldo Fagundes e Austregésilo de Athayde, respectivamente. Apraz-nos registrar que dois dos autores figurantes no presente volume – Júlio Andrade Ferreira e Waldyr C. Luz – residem em Campinas, ligados à Igreja Presbiteriana, e outros dois – Werner Kaschel e Rodolfo Garcia Nogueira – realizaram em nossa cidade a respectiva formação teológica. ONM (Cortesia da Sociedade Bíblica do Brasil).

*

* *

NOTICIÁRIO

TREMEMBÉ GUARDA LEMBRANÇA DOS TRAPISTAS

Há 50 anos se encerrava uma tentativa de implantar no Brasil a mais rigorosa ordem monástica da Igreja Católica, os trapistas. Hoje só resta o imponente mosteiro — agora sede de fazenda — no município de Tremembé, SP, onde os trapistas fizeram experiências agrícolas que tiveram muita importância na economia do Vale do Paraíba.

Em março de 1931 foi vendida a fazenda Maristela e em seguida partiu para a França o último grupo de religiosos trapistas, depois de uma frustrada tentativa de se estabelecer no Brasil. A experiência tinha-se iniciado em 1904 e durante todo esse tempo de sua permanência no País essa ordem religiosa não conseguiu nenhuma vocação brasileira.

Os trapistas fixaram-se numa fazenda de 2.500 hectares no município de Tremembé, nos contrafortes da serra da Mantiqueira, onde construíram muitas casas de tijolos para os colonos, igrejas, ranchos, açudes e até uma usina hidrelétrica, sendo na época uma das poucas propriedades rurais que tinham esse benefício. Todas essas instalações, aliadas a modernas técnicas agrícolas que os trapistas trouxeram da Europa, fizeram uma revolução na agricultura do Vale do Paraíba. A região, que no início do século estava com suas lavouras estagnadas por causa da crise do café, teve um novo impulso em diversos setores agrícolas, principalmente a plantação de arroz, que antes era até considerada inviável para a região, tendo fracassado algumas experiências feitas por técnicos do Estado em 1905, no atual município de Moreira César.

Os trapistas de Maristela empregaram técnicas tão eficazes que, já em 1908, a produção daquela fazenda era de dez mil sacas anuais e, em 1918, a rizicultura tomou conta da região, passando as duas margens do rio Paraíba, desde Jacareí até Guaratinguetá, a ser cultivadas pelos processos agrícolas dos padres. A produção era tão grande, que mesmo durante a Primeira Guerra Mundial, quando grande a escassez de alimentos, o Brasil exportava arroz. O convento era visitado habitualmente por importantes personalidades nacionais, que iam conhecer a técnica dos trapistas e estes conseguiram até um ramal da então Estrada de Ferro Central do Brasil para transporte de seus produtos. Assim é que, no apogeu dessa produção econômica, trabalhavam naquela fazenda cerca de 300 colonos, enquanto no mosteiro residiam 49 religiosos, dos quais 20 eram sacerdotes, todos europeus, na maioria franceses.

No entanto, as vocações não vinham. Os poucos rapazes que entravam para a ordem desistiam logo que chegavam ao noviciado. Diante da falta de vocações, os superiores dos trapistas resolveram chamá-los de

volta à França, de onde tinham vindo. Em 1927, partiu o primeiro grupo de religiosos, e, em março de 1931 a experiência dos trapistas no Brasil se encerrou definitivamente, com a partida dos últimos monges.

Mas por que a ordem dos trapistas, que fez tanto sucesso econômico, não conseguiu vocações, condição necessária para que ela prosseguisse no Brasil? Para Emílio Amadeu Beringhs, hoje com 81 anos, e que conheceu bem os trapistas, a causa seria o rigor da ordem, que exige silêncio absoluto entre seus membros, vida de sacrifícios e, até, confissão dos pecados em voz alta. Para ele, isso estaria em desacordo com o modo de ser do brasileiro.

Já o padre Darci Dutra, professor da Faculdade de Teologia de Taubaté, acha que a ordem, por ser muito rigorosa, atrai pelo contraste com uma sociedade industrial e abastada, o que não era o caso da época em que os trapistas se estabeleceram no Brasil. O padre Dutra cita o exemplo dos Estados Unidos, em que a ordem é a antítese da sociedade de consumo americana e onde os monges trapistas têm muitas vocações.

Da ordem, hoje, só restam algumas construções da fazenda e a imponente sede, cuja frente lembra um castelo medieval. Ali se destacam os corredores do claustro com seus arcos semigóticos e jardins, tudo ainda intacto, sendo esta a parte arquitetônica considerada mais importante no antigo mosteiro. Essa construção é tida como das mais belas sedes de fazenda da região.

(O Estado de S. Paulo, 12/3/1981.)

*

TRICENTENÁRIO DE TELEMANN

O dia 14 de março do corrente ano assinalou o terceiro centenário do nascimento de uma das maiores figuras da história da música: Georg Philipp Telemann, nascido em Magdeburgo e falecido em 1767, aos 86 anos, em Hamburgo, menos de vinte anos depois do grande João Sebastião Bach. “Autodidata, famoso e prolífico”, como a ele se referiu a única notícia que vi, relativa à sua efeméride tricentenária, deixou, de fato, uma obra imensa, tanto sacra como secular, e alcançou, ainda em vida, a consagração que em geral só mui tardiamente sorri aos grandes gênios. Seu contemporâneo Mattheson, num jogo de comparações, dizia que “se Lully é célebre e Corelli deve ser louvado, só Telemann está acima de todo elogio”. Isto escrevia Mattheson em 1740, quando Telemann ainda estava longe de realizar toda a sua obra. Schubart (não Schubert), também seu contemporâneo, considerava-o “mestre sem igual” e o musicólogo Riemann afirmava que ele era o tipo mais perfeito do compositor alemão de profissão, isto é,

que “escrevia com uma rapidez espantosa obras correspondendo exatamente às necessidades do momento”.

Não sei que terão as organizações musicais do Brasil programado para comemorar o tricentenário do grande músico, para que ele não se torne o “esquecido Telemann” a que se referia o Sr. Frederico Mengozzi em artigo estampado em “O Estado de S. Paulo” no próprio dia 14. Talvez fosse mais correto considerá-lo ignorado e não esquecido. Durante mais de trinta anos em que fui freqüentador assíduo de concertos, raríssimas vezes (duas ou três, se tanto) vi obras de Telemann figurando nos programas. Seu conhecimento restringia-se (e ainda se restringe) aos possuidores de discos, pois sob este aspecto o compositor alemão tem sido bastante beneficiado. O elenco das gravações de suas obras ocupa quatro colunas do catálogo Schwann e, como é sabido, este catálogo arrola somente gravações feitas ou reproduzidas nos Estados Unidos. Há de se considerar, pois, ainda, a grande soma de gravações européias que não “mereceram as honras” de reprodução na América. É oportuno, ainda, lembrar que mais de quarenta obras de Telemann encontram-se reproduzidas no Brasil, especialmente suas suítes e concertos para diversos instrumentos. Mas, como frisei, tudo isso restrito aos privilegiados que podem ter discos. Nos concertos, Telemann continua, de fato, ignorado.

Suas obras mais importantes são as óperas **Pimpinone** e **A paciência de Sócrates**, o oratório **Dia do Juízo**, as cantatas **Inno**, **O Mestre-Escola**, **do Canário**, **As Horas do Dia**, **A Felicidade**, **Alegria campestre**, as de Natal (várias) as **Paixões** segundo Mateus e Marcos, e uma soma considerável de concertos, suítes, sonatas, quartetos, coroando tudo com a monumental **Tafelmusik**, cuja gravação integral demandou seis discos, lançados na Alemanha pela Telefunken na preciosa série “Das Alte Werke” (Obras Antigas).

“Autor de transição entre Bach e Mozart”, como o classificou o Sr. Mengozzi no artigo de “O Estado”, a que de início me referi, Telemann ficou, de fato, muito tempo esquecido. Basta dizer, que antes do aparecimento das gravações em microsulco, o que dele havia era apenas um quarteto, excerto da **Tafelmusik**, editado em França pela antiga “Anthologie Sonore”. Hoje, contudo, a situação é bem outra, como procurei mostrar: é dos compositores mais conhecidos mas... apenas dos discófilos. (ONM)

MAIS DUAS EFEMÉRIDES MUSICAIS

Além do tricentenário de Telemann, a que já se fez referência, o mundo musical comemora no corrente ano dois expressivos centenários: o da morte de Mussorgsky e o do nascimento de Bela Bartok. O fato do húngaro ter nascido no mesmo ano em que morria o russo vale como um símbolo, pois há entre os dois profunda afinidade. Ambos são figuras exponenciais do nacionalismo musical que caracterizou a segunda metade do século passado e o início do atual, responsável pelo surgimento em numerosos países de verdadeiras “escolas”, cujos componentes, deixando de lado o universalismo das formas românticas, foram buscar no fundo da alma de sua terra e sua gente as fontes de inspiração para suas obras musicais. A começar pelo folclore e pelo vasto mundo das canções populares, que Bartok especialmente soube valorizar ao máximo, numa linha de idéias muito semelhante à de Vila Lobos no Brasil, à de Copland nos Estados Unidos, de Manuel de Falla na Espanha, de Britten na Inglaterra, entre outros exemplos.

Mussorgsky pertenceu ao chamado “Grupo dos Cinco”, de tanta significação na História da Música. Não foi dos que mais escreveram, mas sua obra se reveste de uma profundidade que não encontramos nos demais componentes do grupo. É o autor das duas maiores óperas russas — **Boris Godunov** e **Khovantchina** — e de outras menos importantes, como **O Casamento** e a **Feira de Sorochinsky**. Deixou, ainda, os **Cantos e Danças da Morte**, a série **Quadros de uma Exposição**, além de páginas orquestrais menores. Do repertório russo, **Boris** continua sendo a ópera mais representada em todo o mundo, figurando no programa de todos os grandes baixos, desde Chaliapin. Da mesma forma que os **Quadros** figuram no repertório de todos os grandes pianistas.

Já Bela Bartok deixou obra imensa, na qual se encontram quase todas as formas de composição, tanto instrumental como orquestral e vocal. Destacam-se: três concertos para piano e orquestra, dois para violino e orquestra, um para orquestra, um para dois pianos, percussão e orquestra, o bailado **O Mandarin Miraculoso**, a **Música para cordas, celesta e percussão**, o **Divertimento para cordas**, a **Cantata Profana**, seis quartetos de cordas, sonatas para piano e para violino, suítes de danças, fantasias, a ópera **O Castelo de Barba Azul**, os **Cantos populares húngaros**, os improvisos sobre canções populares e as duas monumentais séries para piano: **Para Crianças**, constituída de oitenta e cinco peças divididas em quatro livros, e **Microcosmos**, maior ainda, pois compõe-se de cento e cinquenta e três peças, em seis séries.

Nas peças para piano, nas suítes de danças e nas peças inspiradas em canções populares é onde se encontra o Bela Bartok nacionalista, pesquisador de temas folclóricos, não só de seu país, mas de toda a região

balcânica, obra pela qual o compositor vinculou seu nome definitivamente ao nacionalismo musical, como dos maiores compositores de todos os tempos. Ocorre-me à memória um fato curioso. Costuma-se, em história da música, falar nos três grandes “Bês”, que seriam Bach, Beethoven e Brahms; pois bem: uma gravadora, certa vez, anunciando o lançamento de um disco com obras de Bela Bartok, o que achou de melhor para chamar a atenção dos interessados foi esta frase: “Bartok também se escreve com B...” (ONM)

*

NOSSO CENTÉSIMO NÚMERO

Fato realmente desvanecedor para todos nós do Departamento de História da PUC de Campinas foi a excelente receptividade alcançada em todo o País pelo centésimo número de nossa publicação. Além de amplo registro da imprensa de Campinas e de São Paulo e das numerosas cartas e telegramas que recebemos dos mais diversos lugares e ainda de manifestações de entidades várias, inclusive dos Legislativos campineiro e paulistano, numerosas associações culturais tanto de Campinas como de São Paulo congregaram-se para uma homenagem especial ao responsável pela NBH e que constou de um grande jantar na noite de 29 de abril. Cerca de um mês antes, o Instituto de Ciências Humanas, no qual se insere o Departamento de História, prestou também significativa homenagem ao editor da revista. Dentre os muitos escritos na imprensa sobre o acontecimento que representou a edição de nosso centésimo número, queremos destacar os de B. Barbosa Pupo (“Correio Popular”), J. R. do Amaral Lapa (idem), Mário Pires (“Diário do Povo”), Roberto Machado Carvalho (“A Voz de Itu”), Galvão Bueno de Trigueirinho (“Diário Popular”), Tavares de Miranda (“Folha de São Paulo”), A. Melo Junior (“A Voz do Vale do Paraíba”, de Taubaté), e Henrique Furtado Portugal (“Diário Mercantil”, de Juiz de Fora.)

Para a grande festa do dia 29 de abril, na qual coube ao Acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho, Presidente da Academia Paulista de História, proferir o discurso de saudação, congregaram-se as seguintes entidades: de Campinas, Sociedade dos Amigos da Cidade, Academia Campinense de Letras, Associação Campineira de Imprensa, Associação de Educação do Homem de Amanhã, Centro de Ciências, Letras e Artes, Sociedade Cultural de Campinas, Clube dos 21 Irmãos-Amigos, Centro de Poesia e Arte, Clube dos Poetas e Associação dos Veteranos de 32—MMDC; de São Paulo: Academia Paulista de Letras, Academia Paulista de História e Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Da Capital, três outras entidades, embora sem participação na homenagem do dia 29 de abril, manifestaram-se a propósito do evento através de moções de louvor: a

Academia Paulista de Jornalismo, a Academia Paulista de Educação e a Ordem dos Velhos Jornalistas.

Dias após a bela festa, o responsável pela NBH fez publicar no "Correio Popular", de Campinas, o agradecimento que aqui se transcreve:

Público Agradecimento

Quando cerca de vinte entidades, das mais representativas da vida cultural de Campinas e de São Paulo, e aproximadamente cento e cinquenta pessoas, também das mais representativas da cultura e da sociedade das duas cidades, reúnem-se numa bela festa para celebrar o aparecimento do centésimo número de uma revista, modesta na apresentação e restrita no seu âmbito de interesse, isto deve ser interpretado menos como homenagem ao responsável pela publicação do que a esta própria, num público reconhecimento do que ela representa, não apenas para a Universidade que a patrocina, mas para a própria cidade de Campinas, que, desta forma, vê seu nome inscrito nos anais do periodismo historiográfico do País.

A circunstância de ser o responsável pela **Notícia Bibliográfica e Histórica** o mesmo rabisgador que todas as sextas-feiras comparece a este cantinho de nosso tradicional e glorioso "Correio Popular", coloca-o muito à vontade para externar de público seu agradecimento às entidades e pessoas que se conjugaram para a bela festa do dia 29 de abril.

No prefácio que escreveu para o centésimo número da NBH (sigla pela qual a **Notícia** se tornou conhecida, inclusive em citações bibliográficas), lembrou o Magnífico Reitor de nossa Universidade Católica que ele representa algo de muito significativo não só para a PUC e para a cidade de Campinas, mas para as próprias letras históricas nacionais. E isto pode ser plenamente comprovado pelas manifestações de inúmeras entidades culturais do País, que, através de moções honrosas e expressivas, fizeram registrar em suas atas a simpatia pela modesta publicação campineira.

Ao seu editor e diretor, tudo isso que de maravilhoso aconteceu a propósito dos cem números da NBH, impõe não apenas um estímulo, mas o dever de continuar e procurar melhorar, para que a revista que há doze anos surgia praticamente "intra muros", apenas para distribuição a estudantes e a algumas pessoas amigas, mas que, com o tempo, alcançou excelente receptividade em todo o País e mesmo no exterior, possa ser, de fato, uma expressão real de nossa Universidade Católica, através de seu Departamento de História.

O que seu diretor sentiu, na bela festa do dia 29 de abril, foi o reconhecimento, não apenas da Universidade (pois esta já se havia manifestado), mas da própria cidade de Campinas, mesmo nas áreas não ligadas aos estudos históricos, num caloroso reconhecimento e aplauso por alguma coisa que a cidade sente que já lhe pertence. Esta, a coroação máxima de todo o nosso trabalho, a merecer a sincera gratidão que nestas linhas se encerra.

*

*

*

MEMÓRIA CAMPINEIRA (12)

O ABOLICIONISMO EM CAMPINAS

Embora tenha sido por muito tempo um centro escravocrata, a campanha abolicionista não deixou de ecoar em Campinas, especialmente depois que esta causa começou a vincular-se à propaganda republicana. Aqui residiu, por exemplo, Antônio Bento, um dos grandes abolicionistas, que tantos benefícios prestou à causa com a sua Sociedade "dos Caifases". Em 1866, no Clube Republicano Campineiro, Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva proferiram importantes conferências abolicionistas. Transcrevemos um trecho da de Saldanha Marinho, no dia 28 de novembro daquele ano:

"Resta-me, senhores, dizer alguma cousa em relação ao assunto mais melindroso atualmente e sobre o qual vos exporei o que penso e com franqueza. Refiro-me à escravidão, essa nódoa da bandeira brasileira, esse ponto negro que ainda nos aparta dos povos verdadeiramente civilizados.

Agitada essa questão, era meu pensamento que aos partidos monárquicos, que haviam criado o mal, cabia a aplicação do remédio.

Esses partidos, porém, têm apenas usado de estultos expedientes e sem coragem necessária de abordar a questão no seu legítimo terreno.

Esquecem que a enorme pedra rola em um plano extremamente inclinado e que ninguém a pode conter na sua carreira. Só há um meio, o de aliviar-lhe o peso, para que possam ser afastados da queda atualmente inevitável, inúmeras vidas e importantíssimos interesses. Esse meio é o que o adiantamento social aconselha, o que a civilização determina, o direito natural prescreve e a honra do país exige.

Assim pois, como republicanos e abolicionistas, e falando ao ilustrado povo de São Paulo, a este povo adiantado e que a nenhum outro cede em patriotismo e generosidade, especialmente quando se trata do desenvolvimento e exaltação social, a este povo digno direi o que penso desta incandescente matéria.

De preferência me dirijo aos fazendeiros e donos de escravos. Tendes por ventura calculado com critério, calculado com acerto os vossos verdadeiros e legítimos interesses? Neste caso, estareis compenetrados de que mais produtivo é o trabalho de um homem livre do que o de dez escravos. Este princípio econômico, por demais demonstrado já, e à saciedade, não necessita comentários.

Pergunto-vos, senhores, há ou não possibilidade e plena de, por exemplo, estabelecerdes na atualidade um bem organizado contrato de parceria com os que desde já forem libertos? Sem dúvida que sim. Tereis,

com isso tudo, a ganhar e vos salvareis de serdes vitimados pela pedra que rola e que só esmagará o imbecil e o covarde.

Mas, de qualquer modo que seja, São Paulo, que se acha na vanguarda do progresso; São Paulo que caminha imperturbável na senda do aperfeiçoamento social e da civilização; São Paulo que a nenhuma outra província cede em nobres aspirações da liberdade; São Paulo pode, sem medo de ser prejudicado e na certeza de manter suas indústrias e propriedades, colocar-se no mais nobre, no mais civilizados plano e resolver por si mesmo a questão.

Esta excelsa província que tanto prezo, pode, ativa, levantar o heróico brado de extinção da escravatura. Se nos poucos dias que me restam, pudesse ver que esta heróica província, sobranceira e ativa, proclamava a liberdade de todos, morreria satisfeito.

Possa todo o Brasil compenetrar-se de seu verdadeiro interesse, e desaparecerá da nossa bandeira o ponto escuro que a mancha, que a desaira e nos abate o orgulho. Paulistas ! a liberdade para todos !”

*

* *

TRANSCRIÇÃO

ANCHIETA E SÃO PAULO

Batista Pereira

O leitor atento das Cartas e Informações anchietanas sentirá logo que está versando um espírito de rara objetividade. Transbordaria dos limites deste ensaio um esborço crítico da sua obra. Pode-se, porém, ao menos, acentuar-lhe a amplidão, a variedade, a universalidade. Pena é que o múltiplo dos seus afazeres não lhe desse ensejo senão para informar os superiores. Que obra fundamental não nos poderia ele ter dado sobre os nossos índios ! De que ORGANUM PIRATININGANUM não disporíamos !

Que capacidade aristotélica a sua ! Abriu-nos todos os caminhos do conhecimento. Primeiro professor, primeiro gramático, primeiro poeta, primeiro cronista, primeiro naturalista, primeiro botânico, primeiro comediógrafo, primeiro estrategista de Piratininga, enciclopédia viva das nossas cousas, tudo versou com um cuidado em que transpira o carinho pela terra e pela gente.

O seu poder de observação denota-se a cada passo. Perguntai a qualquer homem culto qual a cobra mais venenosa. A escolha oscilará entre a cascavel, a jararaca, a urutu. A resposta já está nas cartas de Anchieta. Nenhuma das três: a coral, que passa por inofensiva, porque a falsa o é. Não há quem não a tenha visto, tão frequentemente. Mas a verdadeira (*Micurus Liniscatus*, L.) é felizmente raríssima. Nota que o índio mordido uma vez, mordido daí por diante não só não corre risco de vida como até sente menos dor. Coisa de nonada. Uma observação que contém em germe toda a teoria das inoculações preventivas e da soroterapia anti-ofídica. Quatro séculos de antecipação às observações desse admirável Instituto Butantã ! Ide a Ouro Preto e percorrei o seu riquíssimo Museu Mineralógico. Com espanto vereis numa vitrina a pedra maleável (*arenarius flexilis*) de tão ignorada existência. Mas se tivésseis lido Anchieta não teríeis surpresa. Lá a haveríeis encontrado.

Sua curiosidade enceleirava todos os dados fundamentais para o conhecimento. Erros tem. E muitos. Mas naquilo que não pôde controlar e que lhe davam de boa-fé por certo. Não merecem o desdém dos sábios, antes a admiração por serem tão poucos e esgotados por tantas visões do gênio. Depois na ciência o mínimo departamento é um universo. A vida de um homem é curta, às vezes, para classificar um infusório. Como evitar certos erros ? Não há ainda muita gente que pensa que a formiga come as folhas das plantas que leva para a toca ? Quantas vezes não mudou a caracterização dos ofícios venenosos ? Que se pensava da fecundação das abelhas antes de um cego ter descoberto o vôo nupcial ?

O que deve impressionar aos paulistas que leram Anchieta é que de sua obra inteira reçauma aquele “amor da terra sem o qual não se lhe dá nada de grande”.

Realmente. Não há onde se lhe ausculte melhor o coração do que nas passagens em que fala de São Paulo. Vede-o descrever a Santo Inácio a modesta casinha que com suas mãos ajudou a construir. Escreve-lhe em latim, a língua das cousas eternas. Marca-lhe as exíguas dimensões “quatordecim passus longa, decem lata”, quatorze passos de comprido por dez de largura. É uma simples medida. Sondai-lhe porém a inflexão. Não vos esqueça que é um Anchieta que fala a um Santo Inácio. O subconsciente de um é claro aos olhos iluminados do outro e dir-se-ia que ambos estão nos segredos do futuro. “Quatordecim passus longa, decem lata”. Parece a olhos deprevenidos que está apenas referindo as dimensões do casebre, “que serve a um tempo de escola, hospital, refeitório, cozinha, despensa e dormitório”. Não. O orgulho e o carinho por São Paulo, segredo da inflexão anterior, fulguram no comentário imediato: “Nosso Senhor também nasceu numa manjedoura entre dois animais”. Não há escritores, há almas. É só com a alma que se pode atingir a esse prodígio de intenção e energia.

Não encontrei em toda a obra de Anchieta, lida muitas vezes, a confirmação da profecia a que aludia o governador Antônio Paes de Sando: “São Paulo há de ser a metrópole do Brasil”. Talvez mesmo que só exista na tradição oral. Mas como ela se confirma nessa passagem que quer dizer: “São Paulo nasceu numa choça de palha como Cristo na manjedoura”. É um raio da estrela de Belém sobre o presepe de Piratininga. O Apóstolo que o trouxe bem adivinhava a missão militante de São Paulo contra a velha e nova gentildade.

Como ele amava São Paulo ! Ele que nunca se queixa, só uma vez parece a pique de infringir a regra que se impôs de receber com alegria todas as provações e desgostos. É num tópico em que fala dos frios rigorosíssimos da sua Piratininga. Quem o viu tantas vezes gabar-lhe os ares temperados e saudáveis não pode deixar de sorrir da ingênua contradição em que a falta de resistência física o vem colocar. E o comentário se impõe: “Coitado ! alquebrou-se tanto que não pode mais com o frio”. E foi só este, a meu ver, que o impediu de vir morrer na vila de seus amores.

Como ele amava São Paulo ! Compreende Tibiriçá e a altura da sua missão como ninguém. Desculpa-lhe os indomáveis impulsos atávicos. Esconde-lhe o nome ao referir-se à sacrficação de um prisioneiro, que haviam tentado inutilmente salvar. Sabe que o grande cacique será a pedra angular da catequese. Eleva-o tanto que o coloca à sua ilharga. E é só devido ao seu testemunho e ao seu esforço que se realiza a sagração da posteridade: ele, Anchieta, e ele, Tibiriçá, viverão juntos, séculos afora, como dois Dióscuros da fundação.

(**A Cidade de Anchieta**, em “Revista do Arquivo Municipal”, vol. 23, pp. 60 a 62. São Paulo, maio de 1936; repr. no volume **Baptista Pereira e São Paulo**, pp. 137 a 139. São Paulo, 1981.)

*

*

*

TEXTOS

(Sugestões para Seminários)

A COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS

(Um cidadão de Haia)

O seu poder já está muito diminuído, o que, se fosse só isso, ainda permitiria esperar que ela se refizesse, pois só a sua fraqueza atual não basta para que se perca todo o ânimo, e se queira dissolvê-la. A Companhia das Índias Ocidentais conheceu também dias ruins, e está ainda firme; o comércio é assim mesmo: nem sempre vacas gordas; mas, depois duma crise, as coisas geralmente melhoram. O comércio e a navegação marítimos estão sujeitos a vicissitudes, conhecem tempos bons e maus. No caso da nossa Companhia, porém, seu terreno de ação foi vasto demais, e excessivamente disseminado, como já disse. Vê-se que só o Brasil dá para arruinar a Companhia. E, como se poderia obter alguma coisa de bom deste País, se não preparando as colônias para a imigração? Se espanhóis e portugueses não se resolvessem a povoar a Nova Espanha, o Peru e o Brasil, como alcançariam tão grandes progressos? Colonizar terras tão extensas nenhuma Companhia poderá fazê-lo, pois uma empresa mercantil só trata de proveitos particulares e imediatos, como fazem todos os mercadores; só cuida de tirar lucros, o mais rapidamente possível, do comércio. Por isso afirmo que, para um país que deve ser povoado, o melhor é que seja governado como Estado pelas Altas Potências, que, como Poder Público, não pense imediatamente em proveitos e impostos, mas adie essas coisas quanto possível, e trate, concedendo favores, de atrair o maior número de moradores, para que ele se colonize rapidamente. Só assim os impostos, suavemente introduzidos, renderão, com o tempo, cada vez mais, pelo acréscimo da população, e o comércio tomará, também, maior incremento. Enriquecer-se-ão essas terras que, agora, pelo contrário, se estão empobrecendo.

(Conferência sobre as Índias Ocidentais, em que se trata dos negócios dessas regiões, de como podem ser resolvidos com vantagens gerais e da forma mais conveniente aos interesses da Companhia. Exposta resumidamente sob a forma de diálogo entre um cidadão de Middelburgo e outro de Haia. Imprensa anônima em língua flamenga, sem indicação de lugar e de tipografia, no ano de 1653. Trad. de Hyppolito Overmeer; intr. e notas de Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro, Editora Record, sem data, mas provavelmente de 1937; a introdução vem datada de 1934. O excerto aqui transcrito ocorre às pp. 31/32.)

FOME EM PORTUGAL

(Frei Luís de Sousa)

Padecia nesse tempo o reino de Portugal calamitoso aperto de fome; porque, quanto mais corria o ano de 22 em que vamos, tanto maior era o trabalho. Crescia a falta, gastando e comendo o povo esse pouco pão que havia. Castela não podia ajudar, porque a esterilidade do ano 21 fora igual nela. De França não vinha nada, respeito das guerras que trazia com o imperador. Os pobres do reino acudiam todos a Lisboa, arrastando consigo suas tristes famílias, persuadidos da força da necessidade que poderiam achar remédio onde estavam o rei e os grandes. Mas aconteciam casos lastimosos. Muitos caíam e ficavam mortos sem sepultura pelos caminhos, de fracos e desalentados. Os que chegavam a Lisboa pareciam desenterrados: pálidos nos semblantes, débeis e sem forças nos membros. Dinheiro não aceitavam de esmola, porque não achavam que comprar com ele. Só pão queriam, e este não havia quem o desse. Porque algum que às escondidas se vendia era a 450 réis o alqueire; o centeio a 200 réis, o milho a 150 réis, que para aquele tempo era como um prodígio. Viu-se que era açoute do céu, em que, correndo muitos navios às linhas dos Açores, onde as novidades haviam sido mui floridas, uns se perderam, tornando à vista da barra de Lisboa, outros forçados da tormenta alijaram ao mar o trigo por salvarem as vidas.

Foi a origem deste mal não acudir o céu com água em todo o ano de 21. Estavam os campos tão secos que, como em outro tempo se despovoou Espanha por lhe faltarem as chuvas ordinárias, parecia que tomava semelhante desventura. As terras delgadas desfaziam-se em cinza, as grossas se apertavam e abriam em fendas até o centro. Assim em geral, nem no Alentejo, nem no Algarve, nem na Extremadura chegaram as searas a formar espiga. Em erva secaram e se perderam todas. Em Lisboa padecia-se tanto no outubro de 21, que aconteceu passarem muitos homens oito dias sem tocar pão, comendo só carnes e frutas. E por janeiro e fevereiro do ano de 22, em que vamos, se averiguou morrerem muitos pobres à pura fome pelas ruas e alpendres de Lisboa.

Abalavam estas misérias as entranhas d'El-Rei. Mandou fazer com tempo grandes diligências para que descesse de Entre-Douro e Minho e da Beira tudo que se achasse de centeio e milho. E não contente com isto, que todavia foi de muita importância, despachou navios, à custa de sua fazenda, com letras e dinheiro, que fossem carregar de trigo à França e Flandres.

(Anais de D. João III, parte I, livro I, cap. XI.
Apud "Antologia Nacional", de Fausto Barreto e Carlos de Laet, pp. 262/263, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, s.d.)

*

* *

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

BATISTA PEREIRA (1880 – 1960)

Na primeira parte deste fascículo, notadamente na conferência **Batista Pereira e sua obra**, já se configurou o “Vulto da Historiografia Brasileira” do presente número. Esta seção seria, pois, praticamente desnecessária. Mas, para não quebrar uma praxe que vem desde o número inicial, ela aqui figura, desta vez só para arrolar a bibliografia de Batista Pereira, uma vez que de seu valor e interesse já se cuidou não só na conferência mencionada, mas em toda a matéria que tornou este número da NBH uma homenagem especial ao grande escritor. Não é fácil o arrolamento de sua produção, pois muito do que escreveu ficou esparso em jornais e em revistas. Aqui indicaremos o que publicou em volume, e ainda assim sem a pretensão de uma lista completa, pois que elaborada com base apenas no que conhecemos.

- 1902 — **Eduardo Prado: o escritor, o homem.** São Paulo, Tip. Salesiana, 1902. 18 pp.
- 1914 — **O Caso da Curadoria.** São Paulo, Of. de “O Estado de S. Paulo”, 1914. 28 pp.
- 1923 — **Pela Redenção do Rio Grande do Sul.** São Paulo, Livraria Acadêmica, 1923. 258 pp.
- **Ruy Barbosa e o Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro, Tip. do “Jornal do Comércio”, 1923. 70 pp.
 - **Ruy Barbosa e o Supremo Tribunal.** Rio de Janeiro, Tip. do “Jornal do Comércio”, 1923. 18 pp. (Reproduzido no volume **Vultos e Episódios do Brasil**, cit. adiante.)
- 1924 — **Pelotas e seu destino.** Pelotas, Echenique, 1924. 30 pp.
- **Homenagem a Ruy Barbosa: Ruy Estudante.** São Paulo, Centro Acadêmico XI de Agosto, 1924. 68 pp.
- 1928 — **Civilização Contra Barbárie.** São Paulo, Empr. Gráf. Rossetti, 1928. 176 pp. (Reproduzido no volume **Pelo Brasil Maior**, adiante citado.)
- **O Brasil e a Raça.** São Paulo, Empr. Gráf. Rossetti, 1928, 153 pp. (Reproduzido em **Pelo Brasil Maior**, adiante citado.)
 - **Brasilidade:** homenagem de São Paulo a Batista Pereira. São Paulo, Empr. Gráf. Rossetti, 1928. 46 pp. (Reproduzido em **Pelo Brasil Maior**, adiante citado.)
 - **Coletânea Literária**, de Ruy Barbosa. Excertos de escritos de Ruy Barbosa de 1868 a 1922, prefaciados e anotados por Batista Pereira. São Paulo, Editora Nacional, 1928. 334 pp. (O prefácio tem por título **Ruy Artista** e ocupa as primeiras vinte e quatro páginas do volume.)

- 1929 – **Ruy Barbosa: Catálogo de suas obras.** Rio de Janeiro, 1929. 226 pp.
- **Prefácio à 2ª edição das “Cartas de Inglaterra”,** de Ruy Barbosa. São Paulo, Livraria Acadêmica, 1929. 118 pp. (trata-se de excelente estudo sobre a vida e a obra de Ruy desde a propagação republicana no “Diário de Notícias” até o seu exílio na Inglaterra.)
- 1930 – **Brasil-Estados Unidos: afinidades entre os dois países.** Rio de Janeiro, Tip. do “Jornal do Brasil”, 1930. (Reproduzido em **Vultos e Episódios do Brasil**, adiante citado.)
- **Formação Espiritual do Brasil.** São Paulo, Livraria Acadêmica, 1930. 130 pp. (Reproduzido em **Pelo Brasil Maior**, adiante citado.)
- 1931 – **Figuras do Império e Outros Ensaios.** São Paulo, Editora Nacional, 1931. 344 pp. Coleção “Brasiliana”, vol. 1. (Reeditado em 1934 e em 1975, pela mesma editora, sendo esta última em convênio com o Instituto Nacional do Livro; contém prefácio de Américo Jacobina Lacombe e estudo sobre “O Ensaio, gênero nobre”, de Jaime Cardoso.)
- 1932 – **Vultos e Episódios do Brasil.** São Paulo, Editora Nacional, 340 pp. Coleção “Brasiliana”, vol. 6.
- **Diretrizes de Ruy Barbosa,** segundo textos escolhidos, anotados e prefaciados por Batista Pereira. São Paulo, Editora Nacional, 1932. Coleção “Brasiliana”, vol. 7.
- **A Ilusão Russa.** São Paulo, Editora Nacional, 1932. 322 pp.
- 1933 – **Diário da Capela.** São Paulo, Livraria Acadêmica, 1933. 146 pp.
- 1934 – **O Brasil e o Anti-semitismo.** Rio de Janeiro, Guanabara, 1934. Biblioteca de Cultura Científica, série Sociologia e Política.) 212 pp.
- **Pelo Brasil Maior.** São Paulo, Editora Nacional, 1934. 436 pp. Coleção “Brasiliana”, vol. 21.
- 1934/5 – **Revista Brasileira,** Quarta fase. Direção de Batista Pereira. Rio de Janeiro. 9 volumes.
- 1936 – **A Cidade Anchieta.** Revista do Arquivo Municipal, vol. 23, maio de 1936. 124 pp. (Reproduzida em **Batista Pereira e São Paulo**, adiante indicado.)
- 1956 – **Ruy Barbosa em Santos em 1868 e em 1912.** Rio de Janeiro, Casa de Ruy Barbosa, 1956. 44 pp.
- 1981 – **Batista Pereira e São Paulo.** Coletânea de escritos sobre São Paulo, com nota introdutória de Raul de Andrada e Silva. Editado sob o patrocínio do Banco Mercantil de São Paulo. São Paulo, 1981. XVI + 240 pp.

*

*

*

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às sextas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram divulgadas.)

53. LEMBRANÇA DE MONTEIRO SALES

Doloroso dever se impõe quem escreve regularmente em jornal: o de evocar os que se foram, especialmente quando ao articulista os ligam laços afetivos ou culturais, num registro sentido e saudoso e — mais ainda — na constatação dos vazios incomensuráveis que abrem nas comunidades a que estão vinculados. Lamentável, entretanto, que nos últimos tempos tais evocações tenham ocorrido com mais freqüência. Mal havia terminado de redigir a nota registrando trágico desaparecimento de Luís Martins na Sexta-feira Santa, eis que fui abalado — e comigo todos os que o conheceram — com a notícia da morte de um dos mais autênticos valores humanos que hei conhecido: Francisco José Monteiro Sales, médico e escritor, figura preeminente na comunidade campineira, à qual serviu por meio século, e cujo desaparecimento, também em condições inesperadas, abriu um daqueles vazios incomensuráveis a que me referi.

Foi em pleno velório de Luís Martins, na Academia Paulista de Letras, que vim a saber do que acontecera a Monteiro Sales. E quem me deu a notícia, sabendo que iria me demorar mais uns dois ou três dias em São Paulo, disse-me que talvez não mais o encontrasse com vida. E foi efetivamente o que aconteceu. Estranhei — e comigo estranharam todos — o silêncio da imprensa campineira em face do desaparecimento do grande médico. Tanto mais chocante quando, dias depois, todos os meios de comunicação (imprensa, rádio, televisão) deram ampla cobertura, como se fosse acontecimento nacional, ao fortalecimento de uma figura popular quase folclórica da cidade. Talvez o fato de ter falecido numa segunda-feira ensanduichada entre a Páscoa e o Tiradentes, dia que muita gente aproveitou para uma esticada dos feriados, tenha contribuído para a “conspiração do silêncio” que se fez em torno de sua morte.

Em Monteiro Sales não apreciava apenas o médico, humanitário como poucos, embora às vezes parecendo seco e até rude, mas escondendo uma infinita bondade e sabendo infundir confiança inabalável em seus clientes. Nele via igualmente o escritor e acadêmico, um dos esteios de nossa Campinense. No tempo em que exerci a presidência da Academia, ocorreu o centenário do falecimento do grande botânico Correia de Melo, efeméride a que a entidade não podia ficar indiferente. Ninguém mais que

Monteiro Sales me pareceu indicado para evocá-lo. Não só aceitou prazerosamente o meu convite, como reviu e ampliou a conferência então proferida, transformando-a em excelente livro. E no prefácio, teve a gentileza de lembrar quanto meu convite o estimulara a retornar às pesquisas históricas.

Monteiro Sales costumava dizer que tinha dois patronos. Um celestial: São Francisco de Assis; outro terreno: o Dr. Tomás Alves. Seu consultório era pleno de recordações do grande médico tão ligado à vida de Campinas e que deixou fama de extraordinária benemerência. Monteiro Sales não só o escolheu para patrono na Academia Campinense, como publicou um livro em que reúne muitos dos seus escritos. Da mesma forma, era viva em seu consultório a evocação do “poverello” de Assis.

Se o homem se foi, ficou a sua imagem, a sua lembrança. Esta, jamais Campinas poderá esquecer, pois reflete um dos mais autênticos valores humanos e culturais da cidade que adotou como sua e na qual viveu mais de meio século (15/5/1981.)

*

54. PRIMEIRO DE MAIO

Há quase cem anos, a 1º de maio de 1886, em Chicago, numa greve que resultou em conflito com a polícia, morreram alguns operários que nada mais faziam a não ser lutar por melhores condições de vida nas fábricas em que trabalhavam, entre as quais o regime de oito horas de trabalho. O fato teve enorme repercussão. Três anos depois, socialistas reunidos em Paris para a fundação da Segunda Internacional, aprovaram a resolução de consagrar o dia Primeiro de Maio de todos os anos como o Dia dos Trabalhadores ou do Trabalho. A iniciativa se propagou lentamente, a princípio encontrando resistência das autoridades que perseguiram policialmente os manifestantes, mas acabou-se consolidando, tornando-se praticamente, uma data universal.

No Brasil, a primeira tentativa de celebrar o Primeiro de Maio data do ano de 1893. Encontrou violenta repressão do Governo, mas já a partir de 1895 passou a ser celebrada sem problemas. Edgard Carone, em seu precioso documentário sobre o movimento operário no Brasil (São Paulo, Difel, 1979), transcreve alguns textos muito expressivos sobre as manifestações do Primeiro de Maio no início do século, que mostram não só uma conscientização em torno da reivindicações trabalhistas, mas também a utilização da data para uma revolta contra a “burguesia rústica e ignóbil, que tem praticado todas as misérias na sociedade atual”, como escrevia um manifesto publicado em “A Voz do Trabalhador”, de 1º de maio de 1909.

O tom do manifesto não deixava dúvida: “O 1º de maio lembra-nos uma das reivindicações proletárias que no Rio de Janeiro ainda não tivemos a coragem de conquistar; lembra-nos também um dos mais horrendos crimes praticados pela burguesia contra a classe operária”. E adiante: “Todos que trabalham devem considerar esta data a maior que o ano possui, porque ela não só lembra o sangue das vítimas de Chicago, como representa a consagração do trabalho, que honra aqueles que dele vivem”.

Mesmo sem o caráter de feriado nacional (este atributo só lhe foi conferido muitos anos depois), o 1º de Maio foi sempre comemorado pelos trabalhadores de nosso País. Desfiles, comícios, reuniões em suas sociedades, oportunidades para reivindicações, festas esportivas da mais variada espécie assinalavam o dia, tanto mais sensíveis nas cidades que, pelas suas funções industriais, concentravam maior número de operários. Por outro lado, numerosos jornais de trabalhadores tinham como título **Primeiro de Maio**, data que também era utilizada para designar muitas associações operárias.

Com a Revolução de 1930 e a conseqüente política social de Getúlio Vargas, houve uma valorização do Primeiro de Maio, que acabou-se tornando feriado nacional. E mais ainda durante o pouco saudoso Estado Novo. Quem, tendo vivido a época, não se lembra das grandes concentrações de “trabalhadores do Brasil”, aliciadas pelo Ministério do Trabalho para o Estádio do Vasco da Gama (o Maracanã ainda não existia), quando o “Pai dos Pobres” deitava falação anunciando as medidas que estivessem no seu programa de aproximação das massas, como grande “populista” que sempre soube ser ? A própria instituição do salário mínimo foi anunciada num desses comícios de 1º de maio (1940). (1/5/81.)

*

55. PAULISTA DE QUATROCENTOS ANOS

Em sua apreciadíssima seção “Contraponto”, da “Folha de São Paulo” do dia 11 do corrente, o Sr. Sebastião Nery, incansável rebuscador do que ele denomina “folclore político brasileiro”, referiu-se a incidente ocorrido na sessão de instalação da Assembléia Constituinte de 1933 (dia 15 de novembro), a segunda da República e primeira após a Revolução de 1930. Para as eleições a essa Assembléia, São Paulo conseguiu reunir suas maiores forças políticas, antes dispersas pelo Partido Republicano Paulista e pelo Partido Democrático, no que se denominou “Chapa Única Por São Paulo Unido”, que conseguiu eleger praticamente toda a bancada paulista, com exceção de uns poucos elementos que preferiram terçar armas por outras agremiações. Narra o Sr. Sebastião Nery que, discursando em nome da bancada paulista, de que era líder, na própria sessão

de instalação da Assembléia, Alcântara Machado proferiu entusiástico discurso, empregando pela primeira vez a expressão “Paulista sou há quatrocentos anos”, que desde então se tornou tão famosa. Com essa frase, queria o grande jurista referir-se ao fato de descender de um dos companheiros de Martim Afonso de Sousa, chegado a São Vicente em 1532. Oswaldo Aranha, gaúcho, mas de tradicional família paulista, teria retrucado ao orador, afirmando que ele descendia de troncos ainda mais antigos. A sessão transformou-se em tumulto, obrigando a presidência a suspender os trabalhos. E remata o Sr. Sebastião Nery afirmando: “E foi assim que nasceu a expressão paulista de 400 anos”.

Há, aqui, evidente engano do brilhante jornalista. A frase famosa, Alcântara Machado empregou-a pela primeira vez em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, no dia 20 de maio daquele mesmo ano de 1933, portanto seis meses antes da sessão da Assembléia Constituinte, a que se refere o cronista. Foi nessa data, pois, que nasceu a expressão “Paulista de 400 anos”. Pode ser que Alcântara Machado, se realmente discursou na sessão de instalação da Assembléia Constituinte (o que parece pouco provável) tenha empregado novamente a frase. Não estou negando nem duvidando. Apenas quero lembrar que a prioridade dela cabe ao discurso de posse na Academia Brasileira, seis meses antes.

Aliás, convém recordar o contexto em que ela se insere, no discurso que é uma das mais belas páginas da oratória brasileira: “Assim, nem por gracejo se lembraria alguém de pôr em dúvida o meu brasileirismo. Paulista sou, há quatrocentos anos. Prendem-se ao chão de Piratininga todas as fibras do coração, todos os imperativos raciais. A mesa em que trabalho, a tribuna que ocupo nas escolas, nos tribunais, nas assembléias políticas deitam raízes, como o leito de Ulisses, nas camadas mais profundas do solo em que dormem para sempre os mortos de que venho. A fala provinciana, que me embalou no berço, descansada e cantada, espero ouvi-la aos despedir-me do mundo, nas orações da agonia. Só em minha terra, de minha terra, para minha terra, tenho vivido; e, incapaz de servi-la quanto devo, prezo-me de amá-la quanto posso”.

O contexto em nada autoriza a deformação que freqüentemente se faz da bela frase, como ocorreu, por exemplo, com o Sr. R. Magalhães Júnior, na primeira edição de seu precioso **Dicionário de Provérbios**, no qual deu a ela sentido completamente diferente do que na realidade possui. (29/5/1981.)

*

56. SIGNIFICATIVO PROCESSO DE CAPTURA

Quem analisa a evolução ferroviária paulista tem logo sua atenção voltada para um fato altamente significativo. Penetrando em terras

de Minas Gerais, de Mato Grosso e do norte do Paraná (e ainda por conexão em Goiás) as ferrovias de São Paulo através de suas linhas tronco ou de seus inúmeros ramais (caso da Mojiana, por exemplo), realizaram um processo de captura, atraindo para a economia paulista extensas regiões daqueles Estados. E antes que surgisse a era rodoviária, quando o trem era, por assim dizer, o único meio de transporte, as regiões servidas pelas ferrovias paulistas ou com elas conectadas, ligavam-se muito mais facilmente a São Paulo do que às capitais dos seus Estados.

Campinas foi uma cidade profundamente beneficiada por esse processo de captura, que procurei estudar no livro **Café e Ferrovias**, publicado há quase dez anos. O mais importante papel nessa captura foi desempenhado pela Mojiana, ferrovia fundada em Campinas e que nesta cidade teve sempre seu ponto inicial. Sua linha tronco estendia-se até Araguari, servindo às duas mais importantes cidades do Triângulo Mineiro, Uberaba e Uberlândia. Só em época relativamente recente tiveram estas cidades ligação direta com Belo Horizonte, enquanto que todos os seus liames eram com São Paulo ou, mais precisamente, com Campinas. E como se não bastasse, pelo menos meia dúzia de ramais deitava a Mojiana ao longo de sua linha tronco, chegando até o território mineiro e ali fazendo conexão com a antiga Rede Sul Mineira. Ou então tendo em terras mineiras seu ponto terminal, como acontecia com Poços de Caldas.

Antes da era do automóvel era difícil encontrar veranista mineiro em Poços de Caldas. Os que apareciam eram olhados com curiosidade. De fato, não era fácil a alguém de Belo Horizonte alcançar a bela estância. Tinha que se sujeitar a pelo menos dois dias de viagem e não sei quantas baldeações, tornando a viagem incômoda e cara. Resultado: preferiam os mineiros as estâncias do sul de Minas, Lambari, Caxambu, Cambuquira e São Lourenço, o mesmo, aliás, acontecendo com os cariocas. Com o advento da era rodoviária tudo isto se modificou e hoje existem estradas excelentes pondo em comunicação com a capital mineira extensas regiões antes vinculadas apenas a São Paulo.

Mas este processo de captura tem outras conotações, como se verá em próxima nota. (5/6/81.)

*

57. DEVOLUÇÃO A SÃO PAULO

O processo de captura para a economia paulista de extensas regiões mineiras, goianas, mato-grossenses e paranaenses, a que me referi em nota anterior, e que foi determinado pela penetração das ferrovias de São Paulo em terras dos estados vizinhos, teve também importantes conseqüências de ordem social e cultural, seja pela penetração dos jornais paulistas, seja pela atração que os colégios de São Paulo e de Campinas sempre exer-

ceram, numa época em que a rede escolar não era tão difundida e quando poucas eram as cidades que possuíam estabelecimentos de ensino de bom nível. Os colégios campineiros (o Liceu, os antigos Diocesano e Ateneu, e, para moças, o Sagrado Coração de Jesus) eram procuradíssimos pelas famílias mineiras que achavam mais interessante ter seus filhos estudando em Campinas que na própria Capital. E considere-se, ainda, a atração de Campinas como centro médico e hospitalar, procuradíssimo também por pessoas não só dos estados vizinhos, mas até de outros mais distantes. Aqui, igualmente, houve sensível mudança. Hoje dificilmente alguém manda filho estudar em outra cidade, a não ser, é claro, para os estudos universitários.

Poderia acrescentar, ainda, que a captura ferroviária paulista em território mineiro alcançou expressão política, como ocorreu com um curioso movimento desencadeado em 1960 visando à incorporação a São Paulo de nada menos que 55 municípios mineiros ! Este movimento foi recentemente estudado pelo Professor Ersio Lensi em monografia de mestrado apresentada à Universidade de São Paulo. O autor valeu-se principalmente da imprensa, que foi, aliás, a grande agitadora do movimento, em especial o jornal "Folha do Povo", de São Sebastião do Paraíso, que se tornou o centro da ação. As razões invocadas não eram apenas as de ordem econômica e social (a dependência quase exclusiva em que na época os municípios viviam de São Paulo, dada a carência de comunicações com a capital mineira, o desinteresse demonstrado pelo governo das Alterosas para com a região), mas também invocavam-se argumentos históricos, pretendendo restaurar a antiga divisa São Paulo/Minas estabelecida no século XVIII pelo rio Sapucaí. Eis por que o curioso movimento chamou-se significativamente "Devolução". Tratava-se, segundo seus próceres, de devolver a São Paulo extensa região que lhe fora tirada por laudos arbitrais considerados injustos.

Esta preocupação de devolver a São Paulo o que um dia fora seu, faz-me lembrar de Alfredo Ellis Júnior, o falecido historiador paulista, quando dizia que se tudo o que pertenceu a São Paulo tiver de lhe ser devolvido, mais da metade do Brasil deverá ser incorporada ao nosso Estado. Não nos esqueçamos de que até a primeira metade do século XVIII, a jurisdição paulista estendia-se por Minas Gerais, Goiás, Mato-Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul ! Naquela época começaram os cortes: Minas Gerais (1720), Goiás (1744), Mato Grosso (1748) e depois, por necessidades militares, Santa Catarina e a velha capitania de São Pedro, que é o Rio Grande do Sul de hoje. Na segunda metade do setecentismo, São Paulo ficou reduzido ao seu atual território e mais o Paraná, que este só em meados do século passado "proclamou sua independência".

A comissão examinadora que apreciou a monografia do Professor Ersio Lensi, impressionada com a significação e sobretudo a originalidade

de de um movimento inda não estudado, sugeriu que a pesquisa fosse ampliada, com o estudo de outras fontes que não apenas a imprensa local, o que, se for feito — e espera-se que o seja — poderá lançar novas luzes e permitir uma apreciação, sob outros aspectos, desse curioso movimento de “devolução a São Paulo”, movimento certamente único em nossa história. (12/6/1981.)

*

58. GRANDE TRABALHO SOBRE UMA PEQUENA FERROVIA

Quando, há alguns anos, estudei a evolução da rede ferroviária paulista, correlacionando-a com a expansão da cultura cafeeira, procurei chamar a atenção para um aspecto curioso da história das estradas de ferro em São Paulo, mas que ocorre também nos outros Estados, embora em proporção menor: as pequenas ferrovias, criadas originalmente para servir a determinadas áreas cafeeiras, quase sempre partindo de um ponto qualquer do tronco principal de uma ferrovia maior. E lembrava o caso da Itatibense, da Monte Alto, da Funilense, da Morro Agudo, da Barra Bonita, do nosso Ramal Férreo Campineiro, e ainda outras que acabaram sendo incorporadas pelas estradas maiores ou simplesmente desativadas com a crise ferroviária em que o País entrou na década de 50. Lembrava aos eventuais leitores que tais ferrovias poderiam constituir temas de trabalhos universitários, se estudadas devidamente em sua função social e econômica e inseridas num contexto mais amplo da história dos transportes do Estado.

Não sei se alguém, dentre os muitos pesquisadores que trabalham em monografias de mestrado, veio a se preocupar com as pequenas ferrovias paulistas. Mas que elas merecem estudo, não resta a menor dúvida, e isto enquanto não desaparecem de vez as fontes que podem ser utilizadas. Mas vejo com satisfação que trabalho semelhante ao que sugeria para São Paulo foi realizado, de maneira por assim dizer exaustiva, por uma professora da Universidade Federal da Bahia, Cássia Maria Muniz Carletto, na alentada monografia com que fez jus ao mestrado, sobre a pequena Estrada de Ferro Nazareth. Realmente, produziu a pesquisadora baiana um grande trabalho para uma pequena ferrovia. Pequena, mas que apresenta aspectos bem significativos na história econômica daquele Estado, e com um traço em comum com as pequenas ferrovias paulistas, pois vinculada também ao café.

A ferrovia baiana escolhida para tema da pesquisa oferece uma característica que não aparece na história ferroviária paulista. Em nosso Estado, as pequenas estradas de ferro, que chegaram a ser mais de vinte, foram todas construídas a partir de determinado ponto de uma ferrovia maior, da qual se tornavam tributárias e pela qual acabaram sendo absorvidas. Ao passo que a Estrada de Ferro de Nazaré é uma ferrovia, por

assim dizer autônoma, de um tipo de que existem poucas no Brasil. E além do mais, creio que nenhuma outra pequena estrada do Brasil tenha durado tanto tempo (quase cem anos) quanto a pequena estrada baiana.

A autora soube tratar o assunto dentro de moderna metodologia (mas sem as preocupações teorizantes que muitas vezes anulam o trabalho de pesquisa), não fazendo de seu trabalho um relatório estafante, como de comum acontece nas monografias sobre estradas de ferro que tenho visto. Mais ainda. Há na monografia da autora baiana excelente amostra do que chamaria o sentido polibiano da História. Para o grande historiador da Antigüidade, uma das condições essenciais para se escrever boa história era o conhecimento direto das regiões onde se desenrolaram os fatos estudados. A autora é natural da área servida pela ferrovia e sua decisão de estudá-la decorreu, segundo afirma, de sua ligação com a história dessa estrada, presenciando as dificuldades que ela enfrentou nos últimos anos de sua existência. Dessa "vivência" resultou a série de indagações que se propôs a responder e que constituem o ponto central de sua monografia.

*

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I – INSTITUTOS

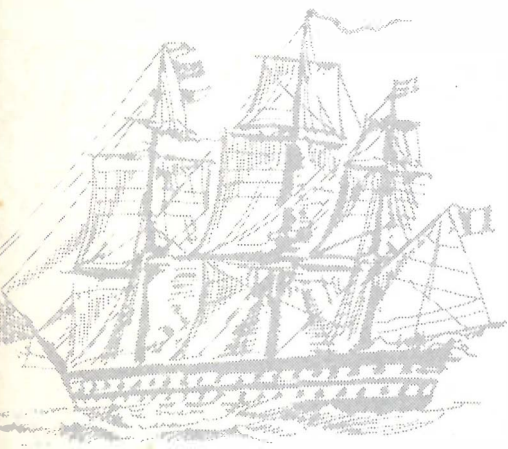
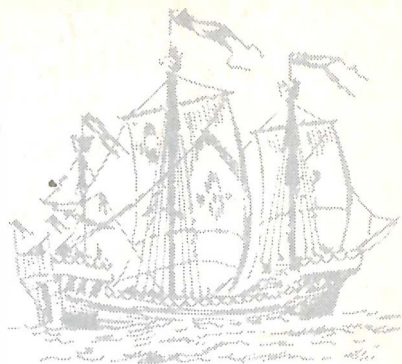
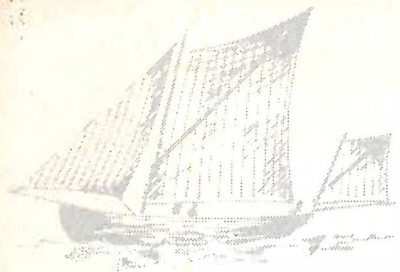
1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Letras
7. Instituto de Psicologia
8. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II – FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Informática
- c) Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- d) Colégio de Aplicação "Pio XII"
- e) Conservatório Musical "Campinas"



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

